

# ADverso

Adverso, Porto Alegre, n.227, jul/ago. 2017



## SERVIDORES NA MIRA

Depois da reforma trabalhista, que extinguiu direitos históricos, servidores públicos entram na alça de mira.



Ufrgs | Ufrgs Litoral Norte | Ufcsa | Ufcsa Canoas | IFRS Porto Alegre  
IFRS Restinga | IFRS Alvorada | IFRS Bento Gonçalves | IFRS Canoas  
IFRS Caxias do Sul | IFRS Osório | IFRS Viamão | IFRS Farroupilha  
IFRS Feliz | IFSul Charqueadas | IFSul Sapucaia do Sul

Presidente

**Paulo Machado Mors**

Vice-presidente

**Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**

1º Secretário

**Ricardo Francalacci Savaris**

2º Secretário e Diretor Social e Cultural

**Newton Luis Garcia Carneiro**

1º Primeiro Tesoureiro

**Vanderlei Carraro**

2º Tesoureiro e Diretor de Assuntos Jurídicos

**Pedro Alves d'Azevedo**

Diretora de Assuntos da Carreira do Magisterio Superior

**Luciana Boose Pinheiro (Licenciada)**

Diretor de Assuntos da Carreira do EBT

**Eduardo de Oliveira da Silva**

Diretora de Comunicação

**Lúcia Couto Terra**

Diretor de Assuntos de Aposentadoria e Previdência

**Jairo Alfredo Genz Bolter**

Diretor de Relações Sindicais

**Eduardo Rolim de Oliveira**

Rua Barão do Amazonas, 1581 - Porto Alegre | RS

CEP 90670-005 - Fone/Fax: (51) 3228.1188

secretaria@adufrgs.org.br

**www.adufrgs.org.br**

**ADverso**

Adverso, Porto Alegre, nº 227, jul./ago. 2017

Tiragem: 3.600 exemplares

Impresso na Ideograf

Editora: Zaira Machado

Reportagens: Araldo Neto e Daiani Cerezer

Revisão: Taís Vicari

Diagramação e Arte-final: Leonardo Guterres

Produção:



**VERDEPERTO**

(51) 3228 8369

## Índice

### Entrevista

#### Paulo Machado Mors

Presidente da ADUFRGS-Sindical fala sobre os ataques aos servidores públicos promovidos pelo Governo Federal.

04

### Encontro do PROIFES

Saiba quais foram as resoluções aprovadas no evento.

09

### Capa

#### Servidores Na Mira.

Reportagem elenca série de ataques que o Governo pretende colocar em prática.



16

### Plano Nacional de Educação

Governo Temer veta artigo da LDO, que incluía o cumprimento das metas do PNE para 2018.

27

### Dois Lados da Mesma Moeda

Depois do Escola Sem Partido, agora está em pauta o programa Exército nas Escolas do Rio Grande do Sul.

32

### Vida no Campus

Conheça as atividades desenvolvidas no CTA do Instituto de Física da UFRGS.

38

### 100 anos da Revolução Russa

O colapso da URSS: Novas teses.

Artigo do Professor Paulo Visentini.

46

### Artigo

As reformas em curso no Brasil e a necessidade de uma Assembleia Nacional Constituinte.



16



# Tarefas de todos e de cada um

Estamos na nova sede. Texto de nossa assessora jurídica, Advogada Mariana Chuy, relata o que nos levou a efetivar a mudança, mesmo não tendo sido, ainda, contemplados com PPCI e Habite-se.

Este número de nossa ADverso reflete muito bem o momento de angústia e incertezas que, mais do que a categoria dos Professores das IFES, todo o povo brasileiro está vivendo. O desmonte do Estado Social, engendrado por aqueles que tomaram de assalto a Administração Pública e que temem não dispor de muito tempo para concluir a tarefa para a qual foram contratados pelo Capital, está sendo implementado de forma fulminante, com o apoio de um Parlamento dócil à custa do nada republicano “toma lá, dá cá”.

No que diz respeito diretamente à nossa categoria, a asfixia das IFES – Universidades e Institutos Federais -, acompanhada dos substantivos cortes no financiamento da pesquisa científica e tecnológica no País, tornam clara a intenção de retirar do Estado o compromisso com o futuro da Nação, transferindo-o para a iniciativa privada.

Desnecessário elencar, neste espaço, as iniciativas de denúncia de que tem participado a ADUFRGS-Sindical, em parceria com muitas outras organizações sociais, sindicais e políticas. Algumas dessas ações são apresentadas neste número. Também apresentamos ao leitor um resumo do XIII Encontro Nacional do PROIFES-Federação, ao qual somos federados, encontro esse do qual fomos, neste ano, os anfitriões. A leitura dessa matéria permitirá ao colega ter uma visão da pluralidade do pensamento dos dirigentes do Movimento Docente de todo o País, assim como refletir sobre os temas que levaram à construção dos eixos de ação aprovados no Encontro.

Tratamos, igualmente, das iniciativas do Governo no sentido de desqualificar e desvalorizar o Servidor Público, como o Projeto de Lei que facilita processos de demissão de Servidores, e a proposta de repetir a implementação de um Programa de Demissão Voluntária.

A questão salarial, o descaso dos governantes com o Plano Nacional de Educação, a tentativa de amordaçamento do projeto “Escola sem Partido”, são outros temas desta edição.

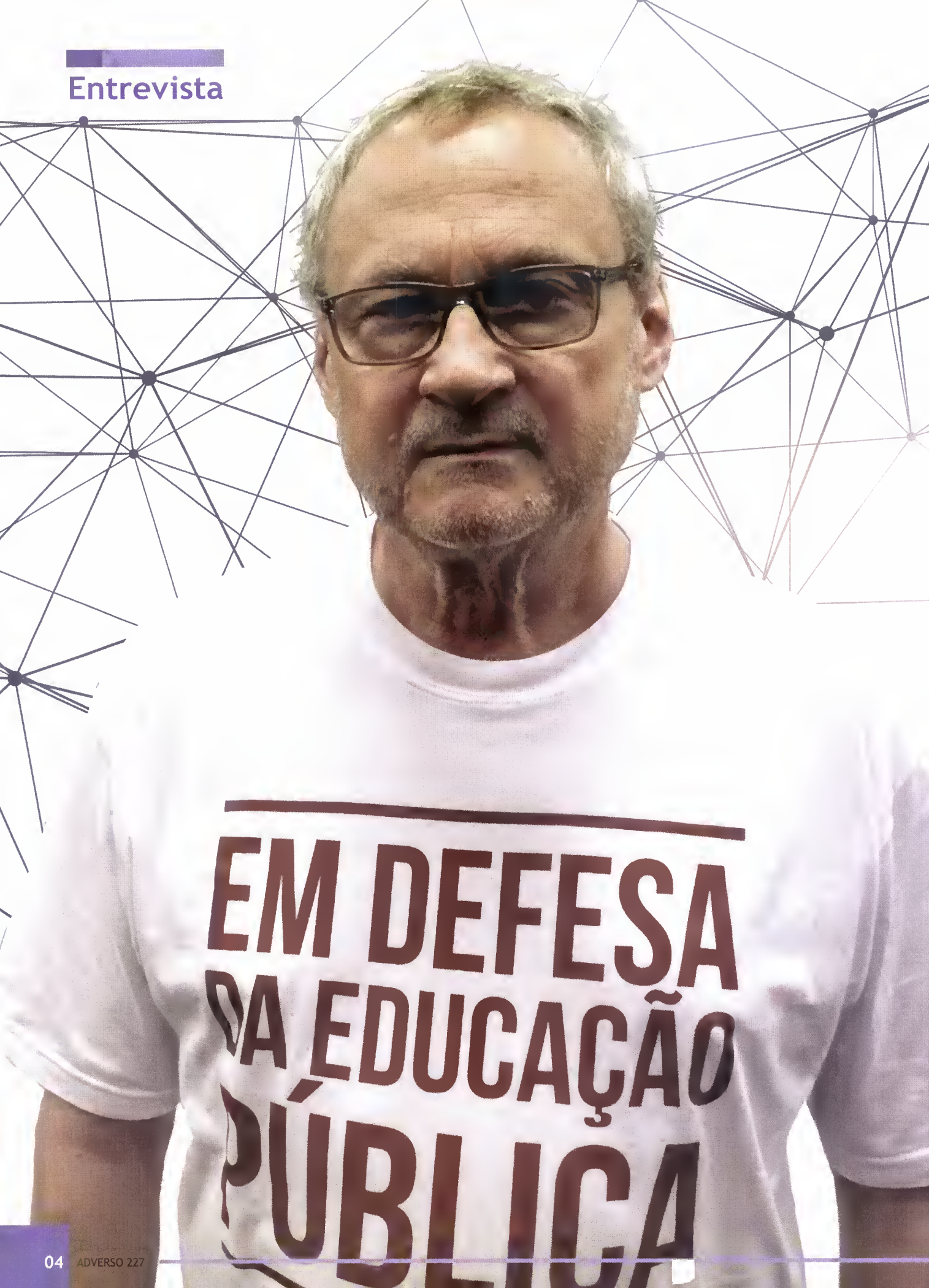
Artigo do colega Paulo Visentini trata dos cem anos da Revolução Russa, que de forma tão profunda marcou a História do século vinte.

Outro artigo, do colega Clúvio Terceiro, defende a luta por uma Constituinte Exclusiva, saída para o imbróglio em que nos metemos sugerida por muitos atores políticos do momento.

\_\_x\_\_x\_\_x\_\_x\_\_x\_\_

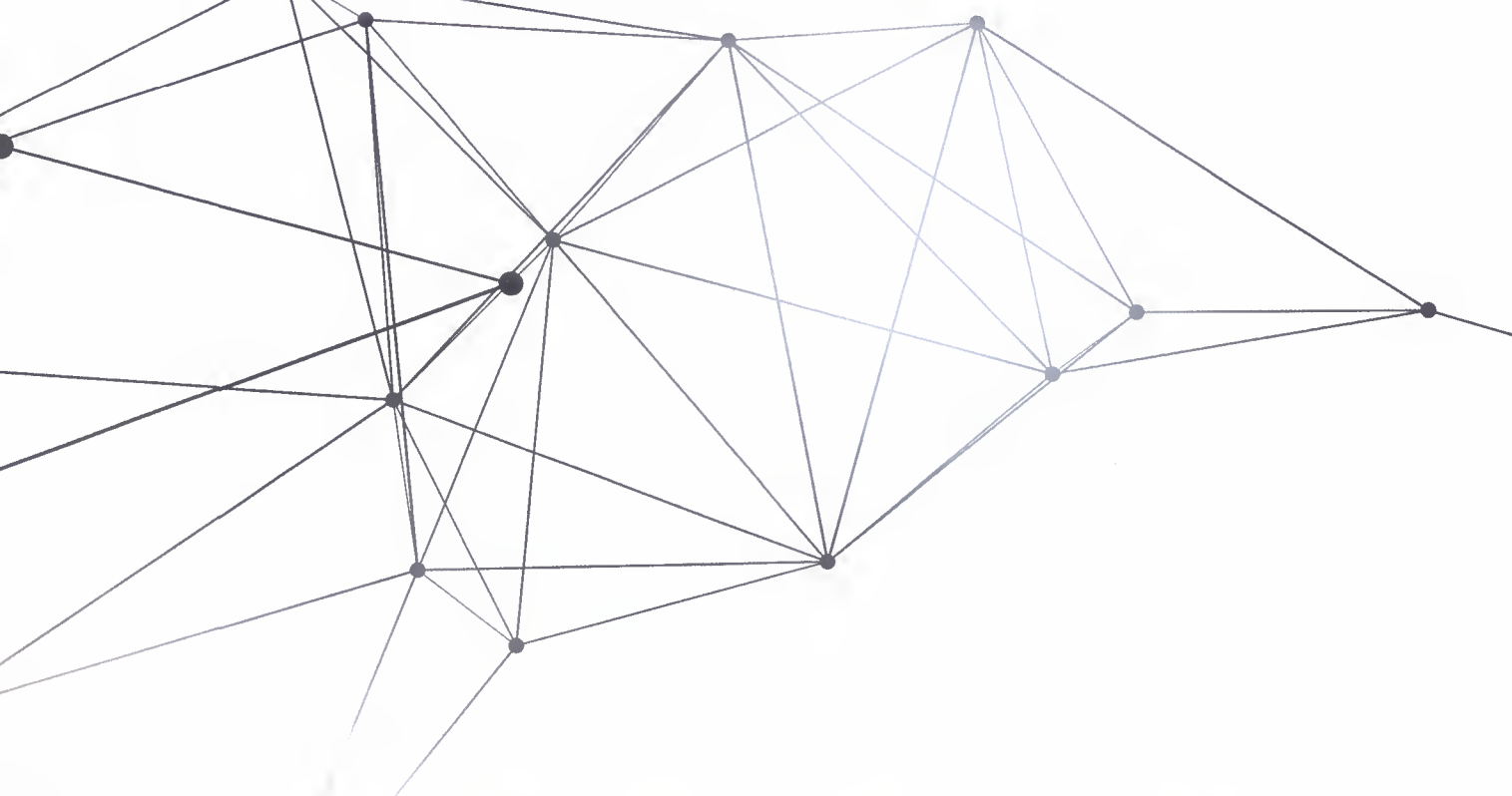
Recentemente, um episódio muito triste ensejou discussões na mídia. Uma colega professora do estado vizinho de Santa Catarina sofreu agressão covarde por parte de um aluno. O agressor, adolescente aluno da professora, deixou-a desfigurada. É extremamente preocupante constatar que este não é um caso isolado, tratando-se de mais um episódio envolvendo professores da Educação Básica agredidos física e verbalmente por seus alunos. Não podemos aceitar passivamente a desvalorização da figura do professor, mais uma vez evidente a partir desse evento. Uma sociedade sadia não pode comportar esse tipo de deterioração de relações dentro do ambiente mais emblemático de sua formação, a Escola. Talvez ainda estejamos em tempo de reverter o processo de degradação que vivemos. Isso depende de todos, e de cada um de nós.

**ADUFRGS-Sindical, o seu sindicato**



**EM DEFESA  
DA EDUCAÇÃO  
PÚBLICA**





# “O PRESIDENTE TEMER CONSEGUIU AUMENTAR O NÚMERO DE PROFESSORES QUE NOS PROCURAM, QUERENDO SE JUNTAR A NÓS PARA LUTAR”

Por Araldo Neto

O serviço público vive tempos difíceis no Brasil. Com a justificativa de equilibrar as contas, o governo federal adota medidas que, no conjunto, reduzem as atribuições do Estado e abrem caminho para a privatização de setores estratégicos, como a saúde e a educação. Em pouco mais de um ano, o governo de Michel Temer preparou um cardápio indigesto de retrocessos: da extinção de direitos trabalhistas ao corte de verbas para as universidades públicas. O ingrediente principal é uma bomba de efeito retardado, com consequências, particularmente, devastadoras sobre a soberania nacional, a Emenda Constitucional 95, que estabelece como teto de gastos para os próximos 20 anos o orçamento de 2017, mesmo que a população aumente e a economia volte a crescer. Para ficar na metáfora gastronômica, é o mesmo que querer alimentar a população de 2037 com um orçamento defa-

sado em duas décadas.

Mas não é preciso esperar 20 anos para descobrir que as políticas do governo Temer são profundamente danosas para o Brasil. O contingenciamento nos orçamentos das IFES e o corte de verbas para a pesquisa são exemplos contundentes. Reitores de todo País já anteciparam que, por falta de recursos, as atividades das universidades e dos Institutos Federais poderão ser interrompidas antes do final do ano letivo. Com cortes de 44%, as atividades de pesquisa também estão parando. Neste cenário, o governo já anunciou que não vai ter reajuste em 2018 e, de quebra, articula o fim da estabilidade dos servidores públicos (ver matéria nesta edição). Nesta entrevista à revista Adverso, o presidente da ADUFRGS-Sindical, Paulo Machado Mors, fala dos desafios e reafirma a importância do Sindicato no movimento de resistência contra os ataques aos serviços e aos servidores públicos. Confira.



**Adverso - A primeira medida do governo de Temer foi garantir a aprovação, no Congresso, da PEC do Teto dos Gastos, válida para os próximos 20 anos. O senhor acha que os brasileiros já entenderam os efeitos práticos desta emenda na sociedade?**

**Paulo Mors -** Não. A maioria está ocupada com seu dia-a-dia, com sua família, com seu emprego. Não é normal que a população esteja projetando os estragos que essa emenda constitucional vai trazer para os próximos 20 anos. É por isso que precisamos divulgar, incansavelmente, quais são as sequelas desta emenda constitucional para a sociedade. O nosso objetivo e dos demais sindicatos filiados ao PROIFES-Federação é lutar pela revogação da EC 95, porque os resultados da sua aplicação serão catastróficos.

**Adverso - Que cenário o senhor projeta para a educação pública nas próximas duas décadas?**

**Paulo Mors -** O cenário é exatamente aquele que esses governantes estão pretendendo: a destruição da Educação Pública. Isso já começou. A educação básica no País já é de péssima qualidade. Com as medidas que estão sendo tomadas e anunciadas, com o enxugamento de recursos para a educação pública do ensino superior, eu antevejo uma desqualificação da educação pública superior, que é fundamental para o crescimento de uma nação. A grande preocupação que temos, agora, é se essa desqualificação acabará

privilegiando a iniciativa privada. A nossa luta é para frear as iniciativas do governo, que estão penalizando o mais fraco, privilegiando o capital e reduzindo o Estado. Em certos setores, o Estado não pode se omitir, e existe, evidentemente, a intenção do Estado de se retirar de setores fundamentais para a população.

**Adverso - Depois da aprovação da reforma trabalhista, podemos dizer que os servidores públicos são "a bola da vez" do governo Temer?**

**Paulo Mors -** É interessante, porque a bola da vez é aquela que, oportunisticamente, se apresenta em cada momento. O governo e seus controladores, oportunisticamente, procuram os flancos de ataque que se apresentam e os funcionários públicos, que já eram alvo global, agora estão fortemente ameaçados. O Programa de Desligamento Voluntário (PDV) e o PL-116 mostram que temos muita luta pela frente, a ser desenvolvida junto aos parlamentares.

**Adverso - A reforma trabalhista, além de extinguir direitos históricos dos trabalhadores, terá como consequência inevitável o enfraquecimento dos sindicatos. A terceirização ilimitada e as negociações individuais são exemplos de como a nova legislação irá favorecer a fragmentação da luta dos trabalhadores. Na sua avaliação, esta lógica também será aplicada no serviço público?**

**Paulo Mors -** Certamente. A arma principal contra o trabalhador é o medo. Você pode ver:

por que as últimas manifestações ocorreram de maneira pífia? O povo não pode sair à rua e dizer para o patrão que vai participar de manifestação, porque depois tem a volta. Quem está empregado quer assegurar o seu próprio emprego. O medo é uma arma muito eficiente contra o fraco. Agora, tenta-se se fazer isso com o funcionalismo público e os seus sindicatos.

**Adverso - O PL 116, que tramita no Senado, prevê que o servidor público, mesmo depois do estágio probatório, poderá ser demitido se apresentar mau desempenho na avaliação semestral, de acordo com suas chefias. Qual sua avaliação sobre esse projeto e o seu objetivo de fato?**

**Paulo Mors -** Do jeito que está sendo proposto, o PL 116 vai possibilitar que um chefinho, descontente, possa provocar uma avaliação negativa que justifique a demissão de um subordinado. Isso é trazer medo ao conjunto dos funcionários. Como fazer uma avaliação qualitativa? Como evitar perseguição política? De fato, esse projeto de lei faz parte do ataque contra a estrutura do funcionalismo. Sem servidores públicos com garantia de poder exercer seu trabalho com tranquilidade, o Estado não vai prover a população do mínimo necessário de bem-estar. Outro aspecto é o corte de recursos para a ciência e a tecnologia. Nas boas universidades, o ensino e pesquisa andam juntos e precisam acontecer no mesmo ambiente. Se o financiamento para a pesquisa é




enxugado, o professor não conseguirá atingir os objetivos do projeto que foi apresentado, o que poderá virar justificativa para uma avaliação negativa e uma consequente demissão. Na verdade, ele está sendo mandado embora para enxugar a máquina, para se livrar de um inimigo ou de um adversário político. É uma perspectiva muito ruim.

**Adverso - Que orientação a ADUFRGS-Sindical dá aos professores com relação ao PDV dos servidores federais?**

**Paulo Mors** – Em uma época de desemprego e recessão, não caia nessa armadilha. É fria! A última tentativa de diminuir o tamanho do estado foi feita no governo Fernando Henrique Cardoso, também por meio de um PDV. Hoje, existem pelo menos cinco projetos de lei tramitando no Congresso, tentando reintegrar funcionários públicos, que aderiram ao programa. Aquilo foi catastrófico! O pessoal saiu na ilusão de que poderia competir no mundo empresarial. Tinham a ilusão de que receberiam uma bolada e seriam “donos de suas vidas”. Muitos saíram, mesmo tendo sido alertados do perigo, na época. A propósito, quem criticou muito o presidente FHC, tanto pelo PDV quanto o projeto de diminuir o tamanho do Estado, foi o então presidente da Câmara dos Deputados e, hoje, presidente da República, Michel Temer.

**Adverso - Há poucos dias, a UERJ anunciou o encerramento das atividades por falta de recursos. O CNPQ alertou que mais de 100 mil pesquisa-**



***Do jeito que está sendo proposto, o PL 116 vai possibilitar que um chefinho, descontente, possa provocar uma avaliação negativa que justifique a demissão de um subordinado.***

**dores correm o risco de não receber bolsas de pesquisa. O reitor da UFRGS também antecipou grandes dificuldades de concluir o ano letivo e declarou que o contingenciamento poderá implicar no parcelamento dos salários dos professores já em 2018. Como o senhor avalia esta situação?**

**Paulo Mors** – Na verdade, o reitor da UFRGS se compromete a manter os salários dos terceirizados. O pagamento de salários mais delicado é o dos terceirizados. Mas isso, ele garantiu que só vai acontecer em situação crítica. Eu acredito que ele terá habilidade, com os recursos que ainda existem, de ir tocando a Universidade. Acredito que as universidades federais têm grande solidez e irão sobreviver. Nós já vivemos outras crises e vamos sobreviver a esta também, com muitas sequelas, é verdade. O cenário do não pagamento em dia do professor é algo distante, por enquanto. Diferente da situação dos insti-

tutos federais, que é muito mais grave. Cada instituto possui vários campi e, sem verbas de capital, eles estão ameaçados. Muitos prédios que foram iniciados não serão concluídos.

**Adverso - O Sr. acredita na possibilidade de negociação com este governo?**

**Paulo Mors** - Um sindicato não pode se negar a negociar. Nós, ADUFRGS-Sindical e nossos parceiros no PROIFES-Federação, sempre apostamos na negociação. Foi com negociação que nós conseguimos recompor a nossa carreira. Conseguimos avanços importantes em negociações muito duras. Eu participei de vários encontros em Brasília, pelo PROIFES, nos ministérios da Educação e Planejamento, e sempre foram negociações muito difíceis. Negociar é a maneira de progredir. É a maneira civilizada. Contudo, neste atual governo, as portas estão fechadas. A escolha não é nossa. Nós continuamos insistindo. Em todas as reuniões do Conselho Deliberativo do PROIFES, foi reafirmado: vamos continuar insistindo! Vamos bater na porta! Mas a porta sempre está fechada. Nós continuamos acreditando na negociação como o único caminho, mas, no momento, não estamos negociando.

**Adverso - O que a ADUFRGS pretende fazer para mobilizar os docentes em defesa do pagamento de salários em dia, cumprimento do acordo, reposição salarial, enfim, temas que, até aqui, eram objeto das negociações coletivas?**



**Paulo Mors** - Através da comunicação, buscamos sensibilizar o nosso associado ou colega da base, mesmo não sendo filiado. Eu acredito que uma união mais ampla é a maneira de lutar. Nós precisamos unir todos os sindicatos e organizações para formar uma massa crítica capaz de comprometer, especialmente o parlamento, com um projeto de superação da crise, que não seja uma catástrofe para o País. A união mais ampla é muito difícil de conseguir, porque ela agrega ideologias diferentes, atitudes diferentes, percepções diferentes. Negociar com todos esses grupos é um exercício muito complexo, mas é o caminho.

Não há outra maneira, dentro de uma perspectiva democrática e republicana. Temos que pressionar e pressionar... em conjunto. No que diz respeito à nossa base, os últimos ataques contra o serviço público e, especificamente, a educação pública, criaram um ressentimento, um paradoxo: o presidente Temer conseguiu aumentar o número de professores que nos procuram, querendo se juntar a nós para lutar.

**Adverso - Qual será o papel dos sindicatos neste novo contexto histórico?**

**Paulo Mors** - O papel do sindicato é o mesmo de sempre.

Sem sindicato, o trabalhador não tem apoio para exercer sua atividade laboral com dignidade. Não se encontrou outro caminho na história. Agora, é verdade, os sindicatos, no Brasil, estão sob muitas ameaças. Diversas medidas do governo vêm no sentido de enfraquecer o movimento sindical. O nosso papel é resistir e contribuir para que o sindicalismo se renove, se reconstrua, se reavalie. O sindicalismo saudável tem uma boa representatividade da sua base, de maneira sólida e sem dependência do Estado. Isso ainda é algo a ser conquistado, mas esse é o caminho.

## *Veja na próxima edição: o colapso da Ciência e Tecnologia no Brasil*

Professores, estudantes e pesquisadores estiveram presentes na 2ª Marcha pela Ciência, realizada no último dia 02 de setembro, no Parque da Redenção, em Porto Alegre (foto). O grupo protestou contra o corte de verbas para pesquisas no Brasil. O ato foi promovido pela ADUFRGS-Sindical, juntamente com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).





# DOCENTES DEFENDEM CONSTITUINTE EXCLUSIVA

Por Zaira Machado

Durante três dias, representantes dos sindicatos filiados ao PROIFES-Federação debateram alternativas para a crise política brasileira e o restabelecimento do estado democrático de direito. No encontro, realizado em Porto Alegre, na nova sede da ADUFRGS-Sindical, os professores defenderam a antecipação das eleições e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, com mandato exclusivo e inelegibilidade de seus membros por quatro anos.

As resoluções também pedem a suspensão imediata da tramitação da reforma da Previdência e de outros projetos

que retirem direitos sociais e trabalhistas, bem como a revogação da Emenda Constitucional 95 (do teto de gastos) e da reforma trabalhista.

O PROIFES entende que a universidade é um espaço privilegiado para o debate de “um projeto de soberania nacional, com ênfase na retomada da ordem democrática”. Sustenta, ainda, que todas as iniciativas neste sentido estejam articuladas com as posições e propostas de outras organizações da sociedade civil, e reafirma o seu compromisso com a pauta do combate à corrupção e ao desemprego.

\*Fotos Fábio Alves - Comunicação Adufg





### Ações articuladas

Realizado no fogo da crise institucional, o XIII Encontro do PROIFES elegeu as tarefas mais imediatas do movimento docente. Entre elas, é urgente a necessidade de ampliar o diálogo e as alianças com outras entidades educacionais, centrais sindicais e as representações da sociedade civil. O Encontro concluiu que um projeto de desenvolvimento de Nação, além de urgente, precisa destacar, inequivocamente, o papel central da educação, da ciência, da tecnologia e da inovação na construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável. Como encaminhamento, ficou definido que o PROIFES e os sindicatos filiados devem participar de articulações locais e nacionais, com a missão de garantir que esta visão seja contemplada em um projeto nacional independente e democratizante, em termos políticos e sociais.

### Previdência fundada na solidariedade

Ao mesmo tempo em que rejeitaram a reforma da Previdência nos termos da PEC 287 e seu substitutivo, os delegados do XIII Encontro reafirmaram a sua convicção na defesa de uma aposentadoria fundada na solidariedade geracional. “É totalmente infame a ‘guerra aos velhos’ promovida pelos governos a pretexto de fazer justiça e equilibrar as contas públicas”, diz a resolução, que justifica: “A integralidade e a paridade das aposentadorias com relação aos trabalhadores da ativa estão alicerçadas na contribuição sobre os vencimentos totais, durante toda a vida ativa dos aposentados. Portanto, não se trata de privilégio, mas de justiça àqueles que dedicaram uma vida de trabalho ao desenvolvimento da Nação”.

Também foi decidido que o PROIFES continuará monitorando,

acompanhando e qualificando a atuação docente na gestão do Funpresp, o fundo de aposentadoria complementar dos servidores públicos.

### Ações afirmativas contra o “discurso do ódio”

As agressões físicas a uma estudante indígena na UFRGS e os cartazes sexistas afixados em centros acadêmicos da Universidade, em 2016, são gotas d’água em um oceano de manifestações de intolerância e preconceito. Este “discurso do



ENCONTRO  
NACIONAL  
PROIFES  
FEDERAÇÃO



**Eduardo Rolim**, presidente do PROIFES-Federação

*“Nós temos a responsabilidade de mostrar que este governo sem votos tem o objetivo de destruir os direitos dos trabalhadores e o serviço público.”*



**Paulo Mors**, presidente da ADUFRGS-Sindical, conclamou as entidades a se organizarem regionalmente, porque o ataque do capital internacional contra a educação pública não é um problema só do Brasil, mas da América Latina.



**Heleno de Freitas**, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Educação (CNTE), destacou a importância da reflexão coletiva na qualificação da intervenção política, da comunicação com os docentes e do enfrentamento a “um governo golpista, ilegítimo e corrupto”.



**Roberto Dos Santos da Silva**, diretor do Sindi-PROIFES, defendeu diferentes formas de mobilização para enfrentar os projetos conservadores, como atos em aeroportos, “twitaços” e aulas em espaços públicos.



**Osvaldo Casares Pinto**, reitor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), defendeu a intervenção e mobilização do movimento docente para conter o ataque aos direitos e à Educação.



**Lúcio Vieira**, vice-presidente da ADUFRGS-Sindical

*“A defesa do PNE, a antecipação das eleições, a revogação da EC 95 e a convocação de uma Assembleia Constituinte são ‘tarefas urgentes’ do movimento docente.”*



**Wellington Duarte**, presidente da ADURN-Sindicato:

*“Temos que nos posicionar como Federação e não como um conjunto de sindicatos”*



**Luciene da Cruz Fernandes**, presidente da APUB-Sindicato:

*“As reformas fazem parte da agenda neoliberal, que avança, a passos largos, com a sua política entreguista, e que já começa a afetar a soberania nacional.”*



ódio", que atinge níveis quase epidêmicos no Brasil, também foi tema do

XIII Encontro do PROIFES, que

aprovou a adoção de

ações afirmativas

como forma de

combater a sua

prática. No âmbito

da Federação e dos

sindicatos filiados,

a orientação é

transversalizar e

unificar as lingua-

gens de gênero, etni-

cidade e sexualida-

des. Por sua vez, no

âmbito das univer-

sidades abrangidas

pelo PROIFES-

Federação, o obje-

tivo é estimular o

debate e realizar

campanhas de

enfrentamento ao

racismo, sexismo, homof-

obia, lesbofobia, transfobia e quais-

quer formas de preconceito, discriminação e opressão.

## Novo perfil dos sindicatos

A reforma trabalhista e sindical vai obrigar os sindicatos a se reinventar. Ainda é cedo para dizer como será o novo sindicato, nascido (tudo indica) de uma terra arrasada pela precarização das relações de trabalho e limitações impostas à atuação sindical. Quem antes buscar as respostas, primeiro encontrará o caminho. Entendendo assim, o PROIFES assumiu o compromisso de ser protagonista na busca de alternativas, que resguardem o papel histórico dos sindicatos na defesa dos direitos dos trabalhadores. Para os delegados, um dos pressupostos é entender o pensamento político da maioria dos docentes e construir pautas sindicais sintonizadas com as demandas da categoria. O diálogo permanente e o aperfeiçoamento dos canais de parti-

cipação no dia-a-dia das entidades passam pela aceitação das mídias sociais como ferramenta de mobilização e da votação eletrônica como instrumento legítimo do processo decisório. Para o PROIFES, este é, nos dias atuais, o mecanismo mais adequado "ao pleno exercício da democracia".

Para enfrentar a profunda crise política, econômica e institucional, que deteriora direitos conquistados por muitas gerações de trabalhadores no Brasil, o PROIFES-Federação aprovou a construção de núcleos articulados em rede e a apropriação de pautas progressistas para o fortalecimento da luta de resistência. Também definiu que a formação político-sindical, o trabalho de base, a criação de espaços de debate e reflexão, a busca de novas fontes de financiamento e a criação de estratégias inovadoras de sindicalização são tarefas centrais e permanentes das entidades federadas.



**Gilson Reis**, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)

*"São várias medidas que vêm destruir os avanços civilizatórios, no Brasil e no mundo, e esta situação nos coloca o desafio de pensar novas formas de combater o retrocesso, construindo a unidade".*



**Maria Auxiliadora Echegaray**, da ADUFG Sindicato, destacou a necessidade das lideranças sindicais se adequarem à nova realidade brasileira, atuando como agentes de transformação, e enfatizou a importância dos sindicatos entenderem o pensamento político da maioria dos docentes.



**Joviniano Neto**, representante da APUB-Sindicato, apresentou estratégias para promover o fortalecimento do sindicato, aperfeiçoar a comunicação e os mecanismos de sustentação financeira, e ampliar a participação em frentes, reunindo propostas convergentes para a elaboração de um projeto nacional.



**Dalvani Fernandes**, professor do IFPR/Curitiba

Falar em conjuntura nacional hoje sem falar de neoliberalismo é fazer uma discussão rasa. O professor de Geografia Simon Springer da University of Victoria (Canadá) conseguiu exprimir bem os impactos do neoliberalismo em seu artigo: "Fuck Neoliberalism". Para esse autor, ignorarmos um fenômeno que tem tido efeitos tão devastadores e catastróficos é potencialmente perigoso. Ao dizermos junto com o professor Springer "foda-se ao neoliberalismo" estamos expressando nossa revolta contra a máquina neoliberal.



**Leopoldina Menezes**, da UFBA, apresentou o registro histórico do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos sobre raça/etnicidade, gênero e sexualidades. Enfatizou a necessidade de uma nova cultura sindical de superação do racismo, sexismo, misoginia, homofobia e de exclusões.



**Nivaldo Parizotto**, da UFSCar, defendeu um novo sindicalismo, com aceitação das mídias sociais e da votação eletrônica como instrumento de integralização do processo decisório, pois entende que isso é, nos dias atuais, o exercício pleno da democracia.





**Hugo Yaski**, presidente da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), fez um breve relato sobre os sistemas de ensino nos países do continente, ressaltando que as grandes reformas tiveram como ponto de partida o Chile, no governo Pinochet. Segundo ele, a reestruturação foi feita à custa de muitas mortes, prisões e exílio de professores, que tentaram resistir à ditadura. Atualmente, a presidenta Michelle Bachelet está revendo o modelo de educação básica no Chile, enquanto o ensino universitário, tão privatizado quanto nos EUA, leva muitos estudantes chilenos a atravessarem a fronteira para estudar na Argentina.



**Eduardo Pereyra**, da Confederação dos Trabalhadores da Educação (CTERA/Argentina), falou das conquistas dos docentes argentinos, como a implantação de um piso nacional e o direito à negociação anual de salários. Segundo ele, em 2017, pela primeira vez, o governo afirmou que não haverá negociação e a justificativa, assim como no Brasil, é o “ajuste fiscal”. Em resposta, os docentes realizaram greves e paralisações em todo o país, “seguidas de uma campanha, por parte do governo, de demonização dos dirigentes sindicais. Foi disseminada a ideia de que as greves fortaleciam o ensino privado, na medida em que obrigavam as famílias a tirar seus filhos de escolas públicas e matriculá-los em escolas particulares”.



**Carlos De Feo**, secretário geral da Federação Nacional dos Docentes Universitários (CONADU/Argentina), ponderou que, atualmente, os programas de avaliação e a homogeneização da Carreira se tornaram a panaceia para os problemas do ensino superior na Argentina e na América Latina. Para ele, “a verdadeira saída seria pensar o desenvolvimento das universidades com base na realidade local, conforme propôs a Reforma de Córdoba, de 1918”. Em relação à privatização e a mercantilização do ensino, De Feo ressaltou que “a Unesco já reconheceu a educação como um direito do ser humano e, sendo assim, ela não pode ser tratada como mercadoria”.



**Vanderlei Carraro**, professor da AduFRGS-Sindical, recomendou que, dentre as propostas do Encontro, fosse contemplado o combate à corrupção e a luta contra o desemprego.



**Ricardo Carvalho**, da APUB-Sindicato:

*“Quando falamos de pesquisa estamos falando de soberania no domínio tecnológico, de democracia e, também, de desenvolvimento popular.”*



**Gil Vicente**, da ADUFSCar:

*“A disposição do PROIFES em negociar se traduziu em ganhos reais para os professores do Magistério Superior e técnicos do EBTT (...) sem o PROIFES, os professores e professoras do ensino superior estariam ganhando hoje praticamente metade do salário real de 2005.”*



**Ênio Pontes**, da ADUFC-Sindicato, citou a redução de 44% dos investimentos no setor de ciência e tecnologia e afirmou que o impacto desses cortes só poderia ser amenizado com a retomada dos investimentos nas universidades públicas e institutos de pesquisa.



**Jairo Bolter**, da ADUFRGS-Sindical

*“Nós temos que ter cara, temos que ter coragem para encerrar a discussão ou vamos continuar a reboque.”*



**Clívio Soares Terceiro**, da ADUFRGS-Sindical, autor do texto **As reformas em curso no Brasil e a necessidade de uma Assembleia Nacional Constituinte** (veja artigo na íntegra na página 52 desta edição).





**Roberto Leão**, secretário de Relações Internacionais da CNTE e vice-presidente mundial pela América Latina da Internacional da Educação (IE), deu ênfase “à visão neoliberal de pasteurização do ensino, que tornaria o sistema mais barato e mais fácil de ser controlado”, e de “privatização em massa, isentando o Estado do dever de financiar uma rede pública e de qualidade”. Leão defendeu, ainda, a necessidade de “uma formação adequada e salários atrativos para todos os profissionais que lidam, diretamente, com crianças e adolescentes nas escolas, e não apenas para os professores”. Por fim, ele convocou todos que defendem a educação pública e um Estado forte, a se tornar “combatentes do projeto que estão querendo implantar no Brasil”.



“O mundo inteiro está vivendo um retrocesso, uma onda conservadora que trouxe de volta questões já superadas pela sociedade”, observou a secretária-geral da CNTE, **Fátima Aparecida da Silva**, referindo-se não apenas ao Brasil e a outros países da América Latina, mas também a nações de primeiro mundo, como Estados Unidos e França. Ela lembrou que o machismo, a xenofobia, a homofobia e outros sentimentos que resultaram na dizimação de milhões de pessoas na primeira metade do século 20, “retornam agora com toda a força”.

Ao falar sobre o impeachment da presidenta Dilma, que ela chamou de “golpe institucionalizado” da mídia e do judiciário, a dirigente ressaltou que o desafio não é mais a luta por novas conquistas, “mas pela preservação do que foi conquistado pelos trabalhadores ao longo de um século”. Fátima finalizou sua intervenção, conclamando os professores a se integrarem na construção da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE-2018) “e na resistência às medidas já aprovadas e as que ainda estão por vir”.



**Otávio Bezerra Sampaio**, do Sindiedutec, apontou como fundamental a existência de sindicatos combativos e lideranças comprometidas com o projeto de libertação da classe trabalhadora e com a organização dos sindicatos de base.



**Rosângela de Oliveira**, do Sindiedutec/PR, propôs uma formação política docente ampliada, a partir das discussões do XIII Encontro Nacional do PROIFES-Federação.



**Ana Christina Kratz (foto) e Peter Fischer**, da ADUFG-Sindicato, propuseram a realização de amplas consultas para entender o pensamento, as necessidades e as pretensões dos professores, e defenderam que os sindicatos, por não serem partidos políticos, devem dialogar com todos que querem ouvir os problemas e demandas da categoria.







## Delegados aprovam organização em redes e construção de um projeto nacional

Ampliar o diálogo com a sociedade, organizar-se em redes e participar da construção coletiva de um projeto nacional foram propostas recorrentes no XIII Encontro Nacional do PROIFES. Para os delegados, uma tarefa imediata do movimento docente é fortalecer as ações articuladas por frentes, com pautas progressistas.

Reafirmando a concepção

plural que deu origem ao PROIFES-Federação, o encontro aprovou a intensificação de alianças com organizações parceiras na luta contra o desmonte do serviço público e a perda da soberania. Ao mesmo tempo, defenderam o debate em conjunto de um projeto de desenvolvimento para o País, que, inequivocamente, dê destaque ao papel transformador da educação, da

ciência e da tecnologia.

No rol das organizações parceiras, estão a CNTE, a CONTEE, a FASUBRA, a ANDIFES, a CONIF, a ANPAE, a ANPED, a SBPC, a UNE, a UBES, a ANPG, as centrais sindicais, além de entidades nacionais, como a CNBB, e organizações sociais, como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo.



# POR ISSO, LUTAMOS

Eixo de ações aprovadas no XIII Encontro Nacional do PROIFES-Federação:

1

Luta pela rejeição da Reforma da Previdência nos termos da PEC 287 e seu substitutivo.

2

Defesa da Revogação de Emenda Constitucional 95, que congela os gastos públicos por 20 anos (2016 a 2035), reforma trabalhista, a lei da reforma do ensino médio, medida provisória do PDV e demais reformas.

3

Defesa da educação, Ciência, Tecnologia e Inovação e extensão universitária no Brasil, com a garantia dos recursos para a área. Mais recursos.

4

Defesa dos recursos para as IFES, manutenção de suas políticas de expansão (REUNI e IFs) e da política de internacionalização da educação.

5

Intensificação da participação no processo de Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

6

Defesa do combate à corrupção no Brasil e defesa de uma efetiva Reforma Política.

7

Chamamento às Centrais Sindicais para a retomada da unidade dos trabalhadores contra as reformas do governo.

8

Luta contra as reformas da educação no Brasil propostas pelo governo federal, em especial as ações de privatização da educação pública.

9

Luta pela Campanha salarial 2017, com a exigência da reabertura das negociações com o PROIFES-Federação do reajuste salarial para 2018 e 2019, a continuidade da reestruturação das carreiras e o debate dos pontos pendentes do acordo de 2015.

10

Ação conjunta com as demais entidades da educação, na construção do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) e da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) a realizar-se em abril de 2018.

11

Que o GT multicampi realize uma discussão e faça um mapa frente à realidade vivenciada pelas IFEs em suas expansões.

12

Que fique explícito nos textos do PROIFES que estamos em regime de exceção.

13

Que a federação participe de todas as ações dos diversos movimentos que surgem nos diversos espaços, desde que estejam na linha da concepção democrática e plural do PROIFES.

14

Lutar a favor da democratização da mídia em colaboração com outras entidades como FRDC e fortalecer nossos meios de comunicação institucional, bem como meios públicos e comunitários.

15

Posição contrária à política entreguista do governo Temer com as reservas naturais.

16

Reivindicar a participação do PROIFES no GT que trata das discussões acerca da portaria 17 com o retomo à autonomia para IFES.

17

Que o PROIFES construa uma proposta de resolução da federação centrada em quatro eixos: emenda constitucional 95; reforma trabalhista; terceirização; e reforma da previdência.

## Ataques contra os servidores





# SERVIDORES

# A BOLA

# DA VEZ



Por Araldo Neto

Se você é servidor público e viveu os anos 90, vai entender de onde vem esta sensação de déjà vu. Ataques à estabilidade, enxugamento do quadro de servidores, redução do tamanho do Estado, privatização de setores estratégicos e extinção de direitos trabalhistas são princípios fundadores do projeto neoliberal, representado, então, pelos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Quase uma década e meia depois, o programa de governo rejeitado nas urnas pela maioria dos brasileiros, volta à agenda política com um ritmo de implantação muito mais acelerado e efeitos devastadores.

O primeiro ato de Michel Temer após o afastamento da presidente Dilma Rousseff foi propor e

assegurar a aprovação da PEC 55 ou PEC da Morte, como se tornou conhecida. Ao praticamente congelar os investimentos públicos por 20 anos, mesmo com a economia voltando a crescer, a emenda estabeleceu as condições preliminares para a meta de reduzir o papel do Estado na economia. Com ela, estava aberta a porta para a privatização de empresas e serviços públicos e a demissão de funcionários em todos os níveis, inclusive de servidores concursados, após o estágio probatório. Entre um e outro, Temer promoveu a hecatombe dos direitos trabalhistas e sindicais. Mais do que a extinção pontual de conquistas históricas, a reforma trabalhista promove, na prática, a revogação da CLT e declara os servidores públicos como a bola da vez.

## PLS 116 – Estabilidade por um fio

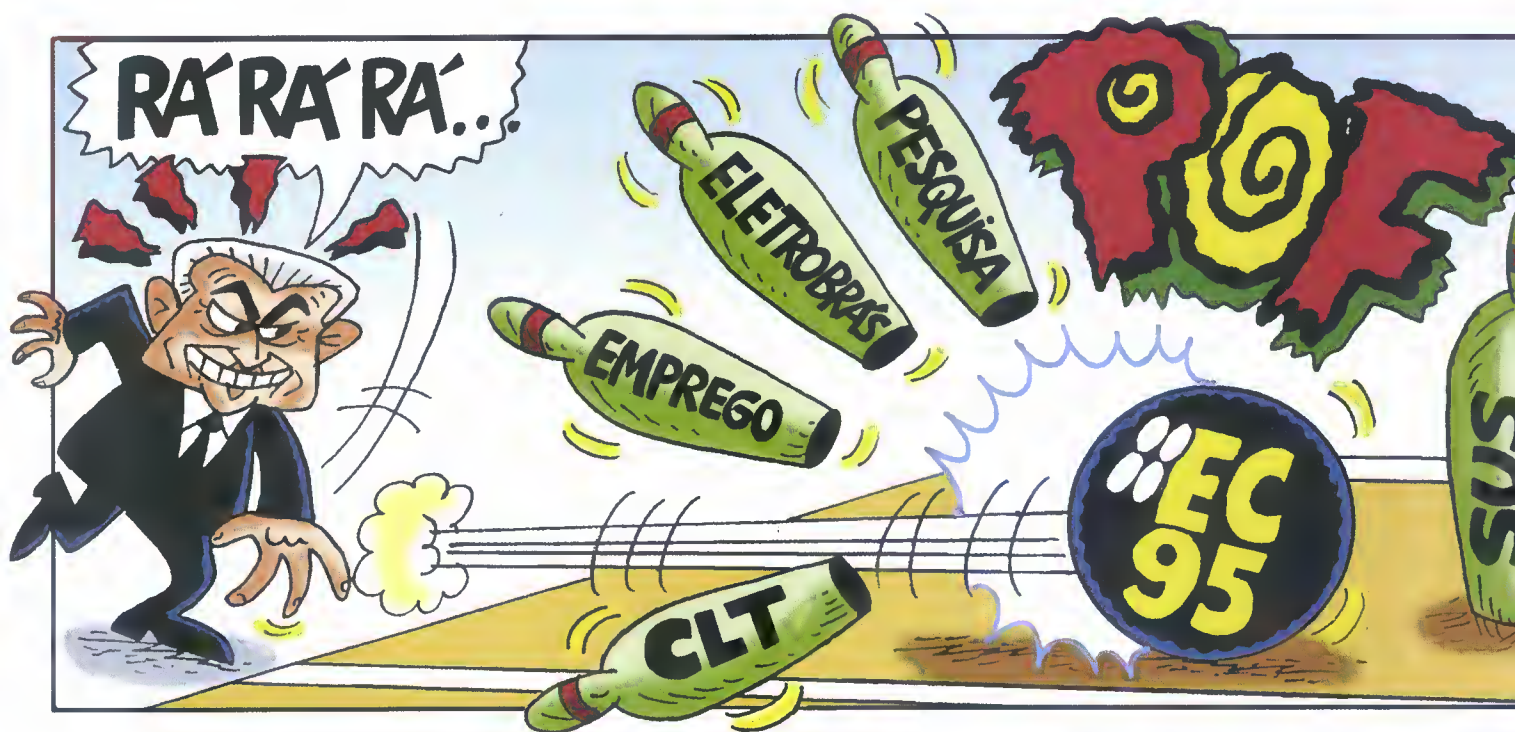
Em várias frentes, o ataque contra os servidores vai avançando. De um lado, com a adoção de mais um Programa de Desligamento Voluntário (PDV), a exemplo do que já havia ocorrido em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, com resultado econômico insignificante e arrependimento da maioria dos servidores que aderiram ao programa. De outro, por meio de um projeto de lei do Senado (PLS 116), que autoriza a demissão de servidores públicos concursados que obtiverem desempenho insuficiente em avaliações de chefia. Critério que fere um princípio precursor da estabilidade, ou seja, de proteger o servidor contra a perseguição política e o assédio no serviço público.

Somada à lei das terceiriza-

ções irrestritas, que incluiu as atividades-fim, o PLS 116, se for aprovado, vai atingir servidores públicos em âmbito municipal, estadual e federal. De acordo com o projeto, mesmo quem já passou pelo estágio probatório, e foi aprovado, poderá perder o seu emprego. Isso ocorrerá quando o desempenho do servidor, que será aferido, semestralmente, por suas chefias, receber notas inferiores a 30% da pontuação máxima, por quatro avaliações consecutivas. Também será exonerado aquele que tiver desempenho inferior a 50%, em cinco das últimas dez avaliações. Na justificativa do projeto, a senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), justifica: “trata-se de modificar o comportamento daqueles agentes públicos que não apresentam

desempenho suficiente, especificamente daqueles que recebem ajuda da chefia imediata e do órgão de recursos humanos da sua instituição, mas, mesmo assim, optam por permanecer negligentes” (sic).

Para o Secretário de Relações Internacionais da CNTE, Roberto Franklin de Leão, o PL 116 vem dentro de uma lógica neoliberal de enxugamento do Estado. Segundo ele, a possibilidade de demissão de um servidor, baseando-se em avaliação de desempenho, é um erro, “pois o governo desconsidera as condições de trabalho em que o servidor executa suas funções”. Ele acredita que grande parte dos serviços públicos funciona mal, por falta de recursos materiais. Porém, o governo joga para



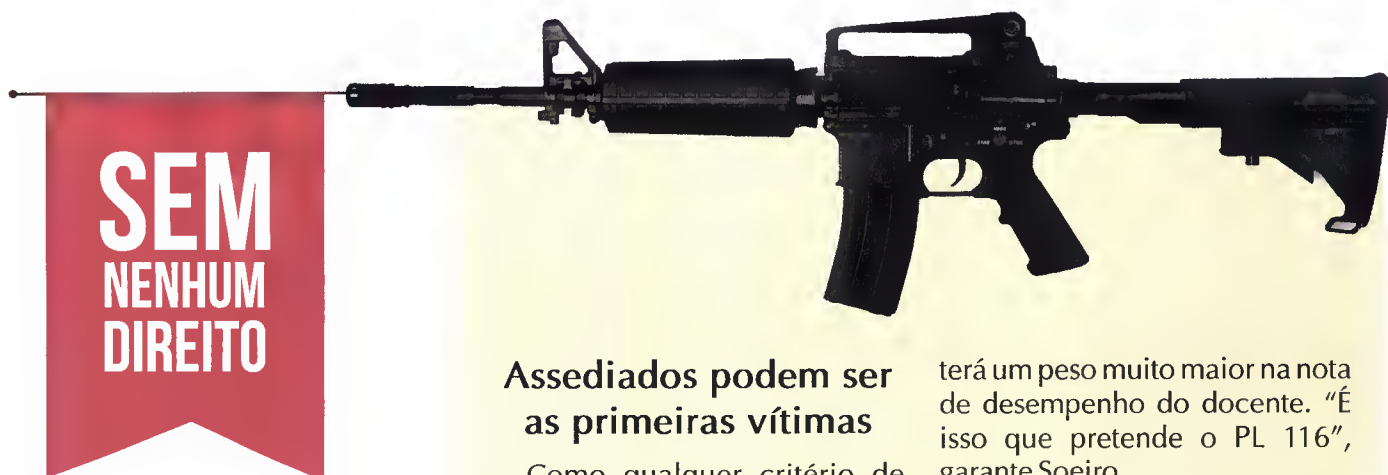


o servidor público a responsabilidade pelo serviço que o Estado Brasileiro deveria prestar com qualidade, e não presta. “Como vão medir o desempenho de um enfermeiro ou um médico, que trabalha em um hospital onde não tem vacinas ou luvas cirúrgicas, por exemplo?”, pergunta.

O diretor do PROIFES-

Federação, Nilton Brandão, considera o projeto de lei mais um de uma série de ataques aos servidores, que tem como objetivo a retirada de direitos. Segundo ele, “o governo está cumprindo um papel de desestabilizar, caçar e acabar com todas as conquistas que os trabalhadores conseguiram, e jogando boa parcela de culpa no serviço

público federal”. A demissão de servidores públicos é ainda mais grave, segundo ele, “ele não tem Fundo de Garantia, ele não tem paridade e não tem integralidade. Não vai ter estabilidade também”. Para o professor Nilton Brandão, “o PL 116 esconde a defesa do fim da estabilidade do servidor público”.



### Assediados podem ser as primeiras vítimas

Como qualquer critério de avaliação é subjetivo, a aprovação do PL 116/2017 pode abrir espaço para perseguição política e assédio contra os servidores. Esse é temor do professor do Instituto Federal São Paulo (IFSP), Reginaldo Soeiro. Ele está respondendo a três processos na instituição em que leciona. Um deles pede sua demissão. “Eu debato ideias e isso gerou processos que eu estou respondendo”, afirma. O professor acredita que a prática de assédio moral só irá aumentar com a aprovação do projeto que tramita no Senado. “Estou dando meu exemplo sem existir essa lei. Imagina existindo!”, adverte. Mesmo que seja bem avaliado pelos alunos, que entregue os documentos dentro dos prazos e que participe de todas as reuniões pedagógicas, por exemplo, a opinião da direção sempre

terá um peso muito maior na nota de desempenho do docente. “É isso que pretende o PL 116”, garante Soeiro.

### Uma rajada de metralhadoras

Em menos de um ano, o governo Temer fez um cerco aos servidores e ao serviço público. De um lado, a Emenda Constitucional 95 implode o Plano Nacional de Educação (PNE), uma conquista histórica da sociedade brasileira, cujas metas já estão, matematicamente, comprometidas. De outro lado, uma possível aprovação da PL 116 ameaça tornar recorrentes as demissões arbitrárias de servidores públicos. Na mesma direção, a reforma da Previdência, como está proposta no PEC 248 e seu substitutivo, tornará o benefício praticamente inacessível para uma ampla parcela dos trabalhadores submetidos às novas regras.



[www.marciobaraldi.com.br](http://www.marciobaraldi.com.br)



# POR DENTRO DO PL 116/2017

## O QUE É?

Permite a demissão do servidor público estável, concursado, avaliado com insuficiência no desempenho do cargo.

## O QUE SERÁ AVALIADO?

(1) Relacionamento profissional (2) Foco no usuário/cidadão (3) inovação (4) Capacidade de iniciativa (5) Responsabilidade (6) Solução de problemas (7) Tomada de decisão (8) Aplicação do conhecimento (9) Compartilhamento de conhecimento (10) Compromisso com objetivos institucionais (11) Autodesenvolvimento (12) Abertura a feedback.

## COMO SERÁ A PONTUAÇÃO?

Superação = igual ou superior a oito pontos

Atendimento = Igual ou superior a cinco pontos e inferior a oito pontos

Atendimento Parcial = Igual ou superior a três pontos e inferior a cinco pontos

Não atendimento = Inferior a três pontos

\*Modelo sugerido no substitutivo do projeto

## COMO ESTÁ A TRAMITAÇÃO?

Relator do projeto, o senador gaúcho Lasier Martins (PSD-RS) apresentou parecer favorável à matéria no início de setembro. No seu relatório, o senador modificou alguns pontos do projeto, como estabelecer apenas uma avaliação anual e também aumentar o número de avaliadores de um para três. Até o final desta edição, o relatório, na forma de um substitutivo ao projeto original, ainda não havia sido votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

## ENQUETE

No site do Senado, uma enquete eletrônica pede a opinião da população sobre o PL 116/2017. Até o fechamento desta edição, a matéria era reprovada por mais de 70% dos votantes. Acesse o QR Code e vote:





# Programa de Desligamento Voluntário

Publicado como Medida Provisória (MP), no mês de agosto, o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) de Temer, tem o mesmo objetivo daquele criado, na década de 90, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso: reduzir a folha de pagamento e o número de servidores públicos federais. Aos trabalhadores que aderirem ao PDV, o governo oferece indenização correspondente a 125% da remuneração mensal do servidor, na data de desligamento, multiplicada pelo número de anos de efetivo exercício. Um funcionário que, por exemplo, está no serviço público há 20 anos e ganha R\$ 5 mil ao mês receberá R\$ 6,25 mil por cada ano que trabalhou. O total da indenização, nesse caso, seria de R\$ 125 mil reais. O objetivo é retirar do quadro cerca de 5 mil trabalhadores, o que resultaria em uma redução de 0,35% da folha dos servidores federais.

Lembrando a experiência dos anos 90, o professor Nilton Brandão, diretor do PROIFES-Federação, alertou para o agravamento da situação dos serviços públicos. Segundo ele, nos

últimos anos, houve uma recomposição no quadro de servidores e na infraestrutura, que equilibrou os serviços públicos. E que, com a política adotada pelo governo Temer, "o serviço público brasileiro está retroagindo à década de 90, quando havia universidades sem professores para poder dar as aulas, laboratórios sucateados e infraestrutura deteriorada". Na avaliação dele, "o PDV é a consolidação do que diz o programa Ponte para o Futuro, que eu chamo de a Ponte para o Passado, porque nos remete de volta à década de 90, à necessidade de um Estado Mínimo".

Na avaliação do vice-presidente da ADUFRGS-Sindical, Lúcio Vieira, o PDV não representa uma economia significativa aos cofres públicos e, além disso, gera tensão no serviço público. Ele considera que o programa pode ser o primeiro passo para um "programa de demissões não voluntárias". Lúcio destaca que a medida é uma sinalização para o mercado, uma demonstração de que o governo quer reduzir o tamanho do Estado, e o serviço público. "Faz

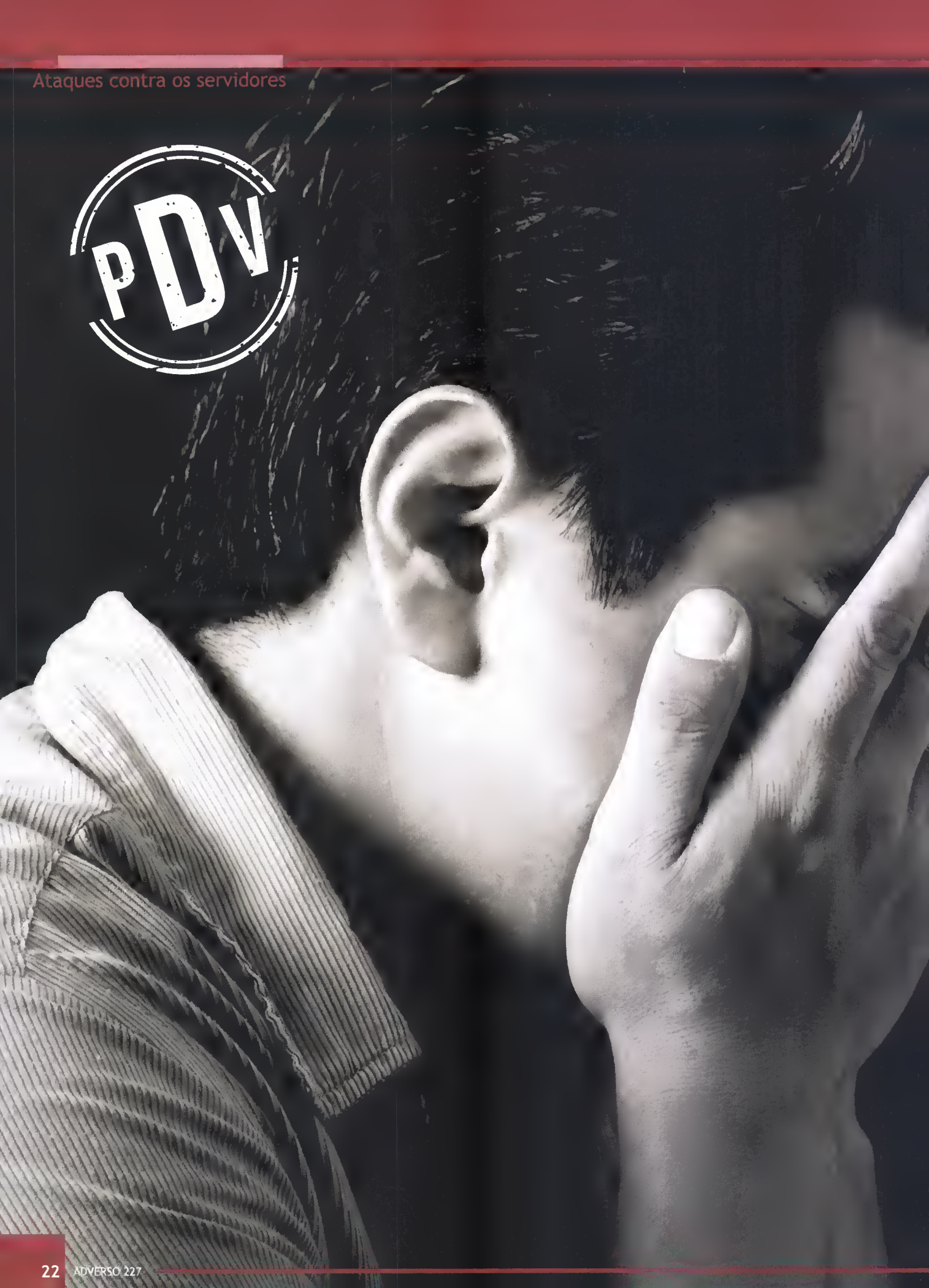
parte de uma política de governo, que, ao mesmo, cria terrorismo em cima do servidor público e acena para o mercado com a diminuição do tamanho do Estado", afirma.

A Medida Provisória cria, ainda, a possibilidade de redução da jornada de trabalho para 6 horas diárias (30 horas semanais) ou 4 horas diárias (20 horas semanais), com corte proporcional dos salários. Prevê, ainda, licença sem remuneração durante um período de três anos. Somente após a licença, o servidor terá direito a três remunerações, que podem ser pagas parceladamente, de acordo com decisão do Ministério do Planejamento. A proposta do PDV gerou uma moção de repúdio do XIII Encontro Nacional do PROIFES-Federação, realizado no final de julho, em Porto Alegre. Segundo a nota, "a medida causa precarização das condições de vida de servidores do Poder Executivo Federal, bem como sucateia serviços públicos, como segurança, saúde, educação, assistência social, prejudicando a população em geral, em especial a população de baixa renda".

# DEVOLTA PARA O PASSADO









# QUEM ADERIU SE ARREPENDEU

Arrependimento. Este é o sentimento predominante entre os servidores que aderiram ao Programa de Demissões Voluntárias (PDV) do governo de Fernando Henrique Cardoso. Uma amostra da realidade pós-PDV está no site de notícias Metrôpoles, que entrevistou ex-servidores seduzidos pelos benefícios oferecidos pelo programa.

Elaine Maria trabalhou 27 anos no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Saiu, em 1999, com a promessa de empréstimos a juros baixos no Banco do Brasil e oferta de cursos profissionalizantes no Sebrae. Como servidora, ela recebia uma remuneração estimada hoje em R\$ 14 mil. Hoje aposentada, ela ganha pouco

mais de R\$ 3 mil mensais. "Saí do serviço público acreditando no programa, pois queria cuidar da minha filha. Mas acabei ficando desempregada, com o meu salário 70% menor e sem conseguir outro emprego", relatou.

O ex-servidor do Ministério dos Transportes, Francisco Aleixo Quirino de Sousa, é outro arrependido da decisão de aderir ao programa. Ele saiu em 1996, com 11 anos de serviço público, na primeira leva de demissões. Logo, porém, ele descobriu que o governo não cumpriria suas promessas de auxiliar os "pdevistas" a abrir seus próprios negócios. Agora, aos 65 anos, Francisco se diz profundamente arrependido de ter aderido ao programa. "Me sinto amargurado. Não quero que outras pessoas façam o

que fiz. Caí em uma furada", reconheceu.

Curiosamente, porém, a proposta de PDV para os servidores federais, anda junto com, pelo menos, cinco projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados, propondo a reincorporação de quase 15 mil servidores foram afastados durante o governo FHC. O principal deles é de autoria do atual ministro do Esporte, Leonardo Picciani (PMDB-RJ). O PL 4.293/2008 está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e prevê anistia aos ex-servidores da administração pública federal, de autarquias e fundações, que aderiram ao programa de demissão de 1996. Junto a esse projeto, estão apensados outros quatro projetos, que tratam do mesmo assunto.



## POR DENTRO DO PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO MP 792

### O QUE É?

De acordo com o governo, o objetivo do Programa de Desligamento Voluntário (PDV) é reduzir as despesas com a folha de pagamento dos servidores públicos federais. A medida propõe indenização correspondente a 125% da remuneração mensal do servidor, multiplicada pelo número de anos de efetivo exercício. A MP também prevê a possibilidade de redução da jornada de trabalho de 8 horas diárias (40 semanais) para 6 ou 4 horas diárias (30 ou 20 horas semanais), respectivamente, com remuneração proporcional. O governo cria, ainda, a licença incentivada sem remuneração. Nesse caso, o servidor poderá ficar afastado do serviço público por três anos e vai receber como incentivo um valor correspondente a três vezes o seu salário, mas ficará sem a remuneração ao longo da licença. Com efeito, a licença terá a duração de três anos consecutivos, prorrogável por igual período, a pedido ou a interesse do serviço público, vedada a sua interrupção.

### COMO ESTÁ A TRAMITAÇÃO?

Publicado no Diário Oficial da União no final de julho, a proposta será analisada primeiramente por uma comissão mista de deputados e senadores. Depois, passará por votações nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. Para virar lei, o texto precisa ser aprovado em até 120 dias (60 dias, com possibilidade de prorrogação pelo mesmo período).



## O Brasil tem servidores públicos demais?

É bastante comum ouvirmos opiniões de que a administração pública é inchada e os serviços são ineficientes. Por essa razão, a narrativa do governo, de certa forma, recebe amparo em uma parcela expressiva da população que defende a ideia de

diminuir o tamanho do Estado. No entanto, os dados não corroboram esta tese. Segundo um levantamento feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de cada 100 trabalha-

dores públicos. A média é a mesma observada nos demais países da América Latina. Já nos países mais desenvolvidos, o percentual costuma ser quase o dobro do registrado no Brasil. (Veja o gráfico).



# Sem reajuste para 2018

O governo Temer anunciou, em agosto, que os servidores públicos federais não terão reajuste salarial em 2018. E mais: alguns servidores terão aumento da alíquota de contribuição previdenciária. Para o presidente do PROIFES-Federação, Eduardo Rolim, o que o governo quer é cobrar dos servidores a conta de uma crise que só existe pelas exigências do mercado financeiro de ampliar os seus lucros. Tudo faz parte do pacote de medidas, que se abriga sob um único guarda-chuva: a Emenda Constitucional 95. “Ela só tem um objetivo real, que é diminuir os gastos sociais e transferir renda da população mais pobre para o mercado financeiro”, afirma Rolim. “Por isso, estamos lutando fortemente por sua revogação.”

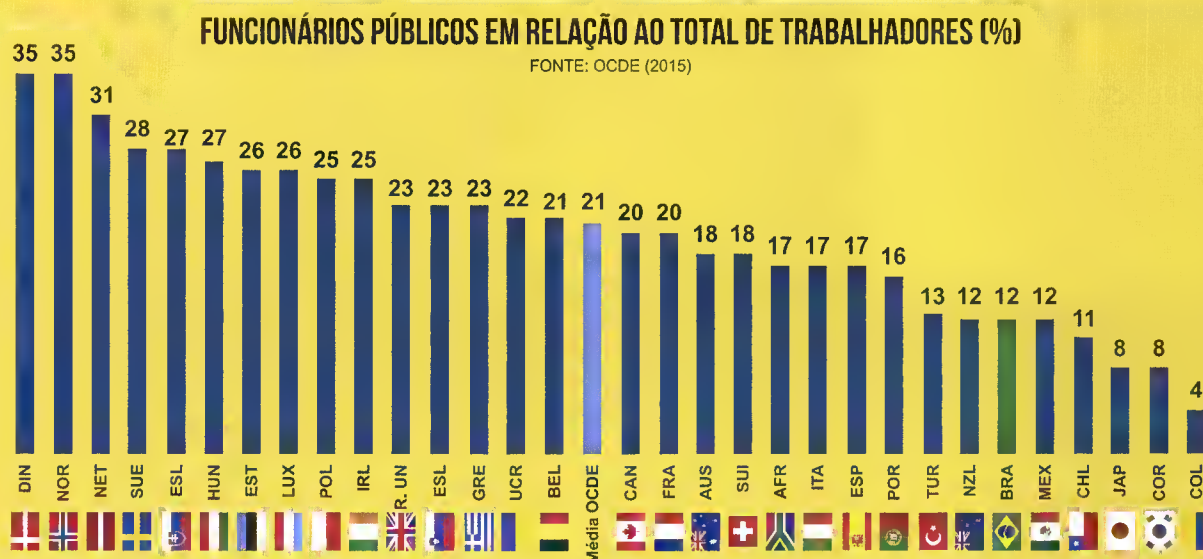
O professor Eduardo Rolim também relaciona as ações do governo Temer com uma das características mais marcantes do neoliberalismo: o Estado

Mínimo. “Nós precisamos de mais investimento público para que o Brasil possa crescer de forma sustentável. Precisamos incluir mais jovens na Educação Superior, o que não vai acontecer com os cortes no orçamento das universidades e institutos federais, que está impedindo a consolidação da expansão”, opina.

Rolim também critica o aumento da alíquota da contribuição previdenciária de 11% para 14%, na parcela da remuneração que exceder o limite de R\$ 5.531 mensais. “Nós somos totalmente contra. Já debatemos isso na reforma da Previdência, mostramos que não há déficit e que a seguridade social é superavitária no Brasil.” Para Eduardo, “existe uma perseguição aos servidores públicos, que são os trabalhadores que mais pagam contribuições no País”, enquanto “a maior parte daqueles que ganham muito dinheiro não pagam impostos”.

O bizarro é que, uma semana antes do anúncio do pacote de medidas contra o funcionalismo, o governo chegou a propor uma Reforma Tributária, que afetaria, especialmente, os mais ricos, mas, rapidamente, atendendo o clamor do “andar de cima”, ela foi esquecida.

Sobre a intenção do governo de fixar um teto de R\$ 5 mil para quem ingressa no serviço público, Rolim destaca que a medida não afeta a carreira dos docentes federais, que tem salários iniciais abaixo do valor anunciado pelo governo. Segundo ele, o argumento do governo de que todo o servidor público ganha muito dinheiro “é uma falácia. Podem existir algumas categorias que ganham muito e, por sinal, são menos afetadas pelas medidas do governo, nos outros poderes, mas é sempre sobre os servidores do Executivo que se faz este tipo de insinuação”, lamenta.





### Iniciada a recomposição lógica da carreira dos docentes das IFES

Os docentes receberam no contracheque de setembro a primeira parcela da reestruturação da carreira, nos termos do Acordo 19/2015, que se transformou na Lei 13.325/2016. Os valores se referem à recomposição de uma estrutura organizada de referência entre regimes de trabalho, classes, níveis e titulação. De acordo com Eduardo Rolim, “a reestruturação dará mais valor à progressão, estimulando os docentes a crescerem na carreira e tornando mais justa

a distribuição salarial”. Embora as parcelas resultantes da reestruturação tenham impacto financeiro para algumas categorias, Rolim destaca que elas não são reajuste salarial. “A ideia é que a retribuição de titulação ao longo do tempo caia para todo mundo, porque queremos valorizar o vencimento básico”, afirma.

Ainda restam duas parcelas do acordo, a serem creditadas em agosto de 2018 e agosto de 2019. Com o restabelecimento definitivo da lógica na tabela salarial, bastará a informação do valor básico da remuneração de

um docente graduado, sem mais titulações, em regime de 20 horas semanais e no nível inicial da carreira, para que qualquer outra posição na tabela seja facilmente calculável (através dos respectivos índices incidentes sobre regime de trabalho, classe, nível e titulação). Porém, enquanto a reestruturação não for concluída, a comparação será confusa. O certo é que, para todos os docentes, a soma de VB (valor básico) com RT (retribuição por titulação), a cada uma das três etapas de reestruturação da tabela, terá que aumentar.



## VEJA AQUI AS TABELAS SALARIAIS



### Na luta pela manutenção do acordo de reestruturação de carreiras

O PROIFES-Federação, representado por dirigentes de sindicatos federados de todas as regiões do Brasil, reuniu-se com o titular da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOD), Augusto Akira Chiba, em setembro, na sede do Ministério em Brasília. Na reunião, os dirigentes sindicais ressaltaram que esperam o cumprimento do Acordo 19/2015, assinado entre a entidade e o Governo Federal, e transformado na Lei 13.325 de

2016, sancionada pelo governo Temer. O Acordo prevê, dentre outros, uma reestruturação das carreiras dos docentes das Insti-

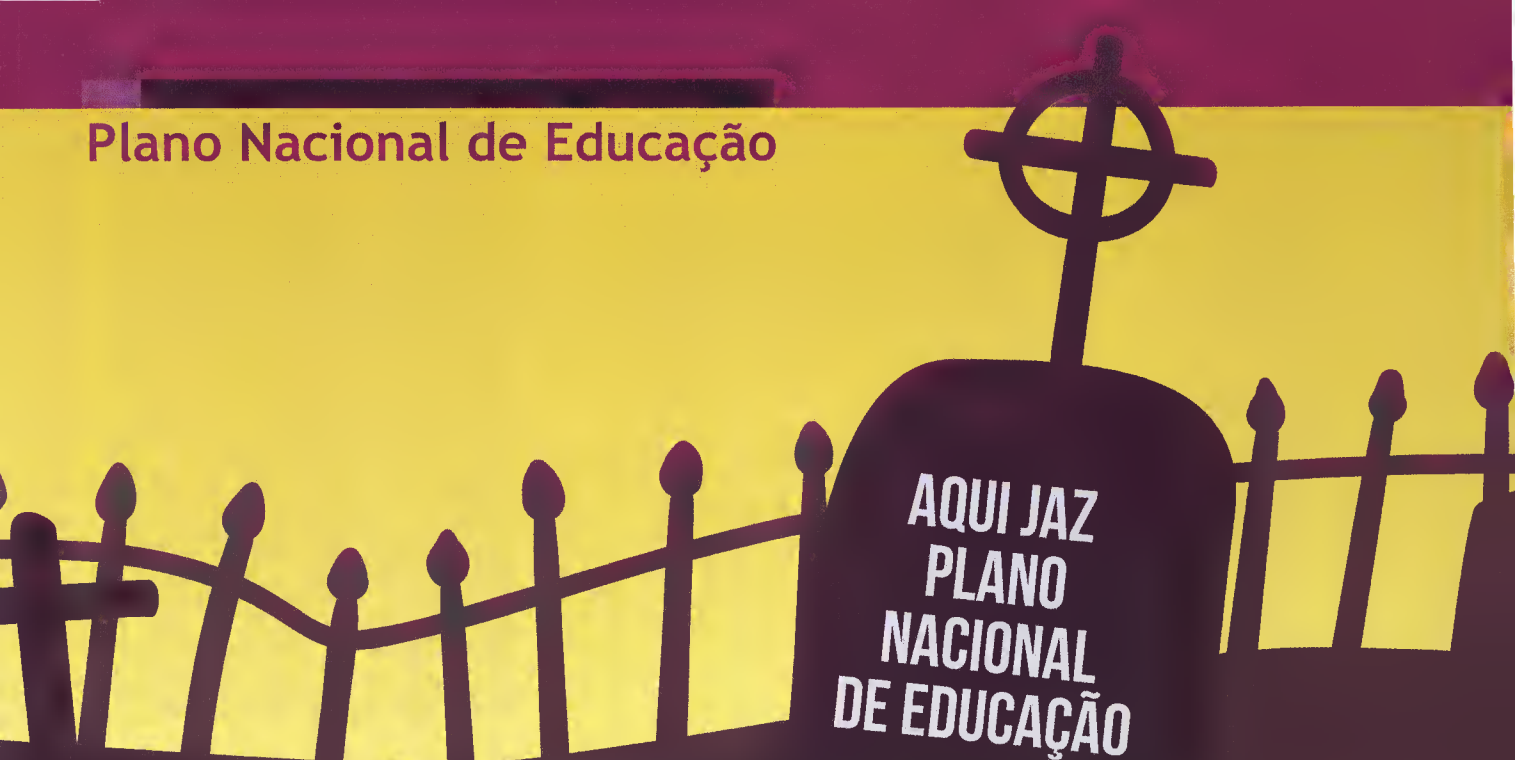


Comunicação PROIFES

tuições Federais de Ensino Superior (IFEs). Para o presidente do PROIFES, Eduardo Rolim de Oliveira, não faz sentido falar em nova reestruturação das

carreiras dos docentes das IFES nos moldes em estudo pelo governo atual, pois o mesmo governo sancionou a Lei 13.325, que já trata da reestruturação das carreiras desta categoria. Após ouvir as ponderações da entidade, o secretário se comprometeu a consultar o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, sobre a possibilidade de não adiar a reestruturação de carreira dos professores. Augusto Chiba afirmou pretende responder às questões levantadas pelo PROIFES em uma nova reunião, a ser marcada em breve.





# PÁ DE CAL NO PNE

Por Araldo Neto

O Plano Nacional de Educação (PNE) está sendo enterrado pelo governo de Michel Temer. A lei que prometia novos tempos para a educação pública brasileira, não está sendo cumprida e, pelos últimos acontecimentos, tampouco será. Depois de aprovar a Emenda Constitucional 95, que foi uma das primeiras ações do seu governo, o presidente Michel Temer vetou, no mês de agosto, o artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que incluía o cumprimento das metas previstas pelo PNE entre as prioridades para o próximo ano.

A justificativa para o veto foi que a medida restringiria a liberdade do Poder Executivo de decidir sobre onde gastar, em caso de necessidade de ajustes previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para cumprimento da meta fiscal. O artigo vetado também garantia a implementação do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), mecanismo que traduz em valores o quanto o Brasil precisa investir por aluno ao ano para garantir um padrão mínimo de qualidade do ensino.

Na visão do coordenador-geral da Campanha Nacional

pelo Direito à Educação, Daniel Cara, com esse veto, o governo oficializa o descumprimento do PNE. “A gente sempre viveu o gosto amargo de ver o PNE vinculado às leis orçamentárias, e não sendo cumprido. Ainda assim, tínhamos espaço para pressionar, porque o descumprimento do Plano gerava tensão dentro do governo. Agora, eles oficializaram o descumprimento do plano na peça orçamentária”, afirma. Para Daniel, o Ministério da Educação ficou livre para gastar como quiser seu orçamento sem ter que justificar suas ações.



## Três anos e poucos avanços

Em junho deste ano, o Plano Nacional de Educação (PNE) completou três anos de vigência. E os avanços obtidos até aqui foram escassos. Das 20 metas, oito têm prazos intermediários já vencidos. Além disso, a lei tem 254 estratégias relacionadas a essas metas e 14 artigos que definem ações a serem realizadas pelo País. Apenas seis das 30 metas e estratégias que deveriam ter sido cumpridas até 2017 foram alcançadas total ou parcialmente, o que representa apenas 20% do total, ou seja, quatro em cada cinco metas não foram atingidas. O balanço é do Observatório do PNE (OPNE), uma plataforma integrada por 24 organizações parceiras, com a coordenação do movimento Todos Pela Educação.

Cara lamenta que o Plano não seja tratado como prioridade de gestão e de orçamento. Segundo ele, as políticas públicas dependem de desempenho de trajetória, o que não acontece com o PNE. “O descumprimento do Plano vem desde 2015 e se intensificou em 2016 e 2017. A realidade é que se não mudar radicalmente a maneira como o PNE é tratado pela União, estados e municípios, o Brasil seguirá muito distante de garantir o direito à educação pública, gratuita e de

qualidade para sua população”, afirma. Daniel Cara lembra que o PNE é uma tentativa de garantir que toda a escola pública brasileira tenha um padrão mínimo de qualidade, e que o professor possa receber o piso do magistério e tenha a possibilidade de ter uma política de carreira. “Não cumprir o PNE significa colocar em risco não só o futuro, mas também o presente do País”, afirma.

O XIII Encontro do PROIFES-Federação, realizado em Porto Alegre, no mês de julho, decidiu reforçar as relações com as entidades que defendem a educação pública. O objetivo é aumentar a pressão sobre os governos para execução do PNE, com foco em duas estratégias: (1) expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional; e (2) fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino.














***“Não cumprir o PNE significa colocar em risco não só o futuro, mas também o presente do País”***

Paralelamente, o PROIFES-Federação aprovou, como uma prioridade, a luta pela revogação da Emenda Constitucional 95, que atinge em cheio as metas do PNE, especialmente a meta de investimento em Educação, fixada em 10% do PIB até 2024. Um estudo do diretor de Relações Internacionais e diretor de Políticas Educacionais do PROIFES-Federação, professor Gil Vicente Reis de Figueiredo, mostra que o investimento total em educação irá declinar em torno de 16% até 2025, invertendo a lógica apontada no PNE. Caso a emenda se mantenha, o investimento em educação irá retroceder ao patamar de 4 a 5%, que o Brasil aplicava no início dos anos 2000. Ou seja, a meta de 10% do PIB jamais será alcançada enquanto vigorar essa lei que estabelece teto de gastos públicos para as áreas sociais.

## O QUE É O PNE?

O PNE é uma lei federal, sancionada em 2014, que prevê metas para melhorar a qualidade do ensino brasileiro em um prazo de 10 anos, desde a educação infantil até a pós-graduação. O texto estabelece 20 metas para serem cumpridas até 2024, das quais oito têm prazos intermediários, que já venceram. A lei também aponta 254 estratégias relacionadas a cada uma das metas e 14 artigos que definem ações a serem realizadas no País.

**Confira a seguir o quadro com o resumo da situação das metas e estratégias cujos prazos expiraram até 2017.**

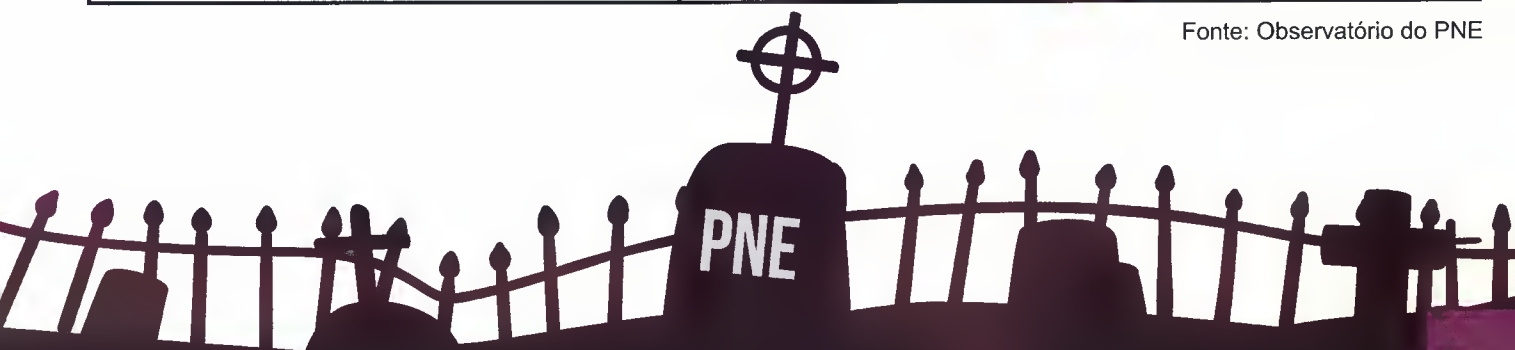
Artigos/Metas/Estratégias	Prazo	Situação	
Art. 5º, §2º: a cada 2 anos, a partir de 2016, o INEP deverá publicar estudos para aferir a evolução das metas	2016	Cumprido 	Publicada a primeira edição
Art. 8º: os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de Educação	2015	Parcialmente cumprido 	2 estados e 14 municípios ainda não sancionaram seus planos
Art. 9º: leis específicas disciplinando a gestão democrática da Educação pública nos Estados, DF e Municípios	2015	Não cumprido 	Não há iniciativas em curso
Art. 10º: elaboração/aprovação do PPA 2016-2019	2016	Sem indicadores 	Não é possível aferir
Art. 13º: estabelecimento do Sistema Nacional de Educação em lei específica	2016	Não cumprido 	Tramitação da proposta parada
Meta 1: universalização da pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos	2016	Indicador não atualizado 	Dados sugerem que cumprimento é possível
1.4: estabelecer normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda por creches	2015	Não cumprida 	Sem iniciativas em curso
1.6: implantar avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 2 anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade	2016	Não cumprida 	Grupo de trabalho criado, mas discussões suspensas
1.16: publicação de levantamento anual da demanda manifesta por Educação Infantil em creches e pré-escolas	2015	Não cumprida 	IBGE fez levantamento amostral sobre demanda por creche, ainda insuficiente
2.1: Encaminhamento da proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do Ensino Fundamental	2016	Cumprida com atraso 	MEC fez encaminhamento da BNCC ao CNE
Meta 3: universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos	2016	Indicador não atualizado 	Trajetória dos indicadores sugere que não será cumprida



Artigos/Metas/Estratégias	Prazo	Situação	
3.2: encaminhamento da proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para o Ensino Médio	2016	Não cumprida 	Elaboração da BNCC da etapa não foi concluída
Meta 4: universalização do acesso à Educação básica e ao atendimento educacional especializado para a população de 4 a 17 anos com deficiência	2016	Sem indicadores 	Informações disponíveis sugerem não cumprimento. Sem iniciativas em curso
4.14: definir indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência	2016	Sem indicadores 	Sem iniciativas em curso
Meta 7: fomentar a qualidade da Educação básica de modo a atingir metas nacionais para o IDEB	2015	Parcialmente cumprida 	Apenas a meta do 5º ano do Ensino Fundamental foi cumprida
7.10: fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores educacionais assegurando a contextualização em relação a indicadores sociais relevantes e a transparência e o acesso público às informações	2016	Cumprida 	Embora precise de aprimoramento, iniciativas foram tomadas e indicadores têm sido divulgados com maior contextualização
7.21: Parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação básica	2016	Não cumprida 	Depende da BNCC
Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015	2015	Não cumprida 	Políticas existentes são insuficientes
Meta 15: garantir política nacional de formação dos profissionais da Educação, assegurando que todos os professores da Educação básica possuam formação específica de nível superior (licenciatura) na área de conhecimento em que atuam	2015	Não cumprida 	Não há política articuladas com entes federados. O que há de política de formação para o magistério, não possui indicadores
15.11: política nacional de formação continuada para os profissionais da Educação que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados.	2015	Não cumprida 	Não há política para formação dos profissionais da Educação que não sejam do magistério
17.1: constituir fórum permanente de acompanhamento do piso salarial nacional do magistério público da Educação básica.	2015	Cumprida 	Fórum constituído

Artigos/Metas/Estratégias	Prazo	Situação	
Meta 18: assegurar a existência de planos de carreira para os profissionais da Educação básica e superior pública tomando como referência o piso salarial nacional profissional	2016	Não cumprida 	Sem iniciativas em curso em âmbito federal. Indicadores insuficientes.
18.1: estruturar as redes de ensino para garantir que no mínimo 90% dos profissionais do magistério e 50% dos profissionais da Educação não docentes sejam ocupantes de cargos efetivos nas redes escolares a que se encontrem vinculados.	2017	Não cumprida 	Não há iniciativas em curso em âmbito nacional para apoiar a estruturação das redes de ensino nesse sentido
18.3: realizar a cada 2 anos prova nacional para subsidiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante adesão, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da Educação básica pública.	2016	Não cumprida 	Debate já esteve presente no MEC, mas atualmente não há iniciativas em curso
18.5: realizar anualmente o censo dos profissionais da Educação básica de outros segmentos que não os do magistério	2015	Não cumprida 	Não há informações de que o censo tenha sido realizado
20.6: implantação do Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi), que será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade (CAQ).	2016	Não cumprida 	Há um parecer do CNE, não homologado pelo MEC. Debate presente, mas com poucas ações concretas
20.8: o CAQ será definido no prazo de 3 anos e será continuamente ajustado	2017	Não cumprida 	Idem 20.6
20.9: estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e a articulação do sistema nacional de Educação em regime de colaboração	2016	Não cumprida 	Debate presente, mas com poucas ações concretas
20.11: aprovar Lei de Responsabilidade Educacional	2015	Em andamento 	Há proposta em tramitação na Câmara, mas não avança

Fonte: Observatório do PNE





# DOIS LADOS DA MESMA MOEDA

## CARMEM CRAIDY: “EXÉRCITO VAI ÀS ESCOLAS” DESQUALIFICA OS PROFESSORES

Por Daiani Cerezer

Resultado de um termo de cooperação assinado entre o governo de José Ivo Sartori (PMDB) e o Comando Militar do Sul, o projeto “Exército vai às escolas” está sendo contestado por representantes dos professores do Rio Grande do Sul. A justificativa é “levar ações humanitárias realizadas pelas Forças Armadas para estudantes de ensino médio da rede estadual”, por meio de “palestras, prática de esportes, visitação às bases militares e formação de cidadania”.

De acordo com a Secretaria da Educação RS (Seduc), a implantação será feita, experimentalmente, neste segundo semestre, em cinco escolas da região de Porto Alegre.

Carmen Craidy, integrante do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEED-RS) e docente aposentada da Faculdade de Educação da UFRGS, é uma das críticas do projeto. “Considero mais uma forma de desqualificar os professores, a quem cabe formar os alunos. O

papel do exército é cuidar a segurança nacional.”

Ela considera que “chamar o exército para ir as escolas é uma atitude ditatorial de quem vê a educação como mero disciplinamento, e não como desenvolvimento humano integral. As escolas devem ser acolhedoras e comprometidas com o desenvolvimento e a aprendizagem, não sei no quê o exército contribuiria para isso. Sua função é outra”.





É quase impossível não associar o projeto "Exército vai às escolas" ao movimento "Escola sem Partido" (ESP), também conhecido como "Lei da Mordação". Segundo os próprios autores, a proposta surgiu em 2004, inspirada em um movimento estadunidense, chamado "noin-droctrination". Dez anos depois, os apoiadores do Escola Sem Partido, aliados à Frente Parlamentar Religiosa, no Congresso Nacional, conseguiu retirar as metas de equidade étnico-racial e de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE). Posteriormente, fizeram o mesmo nos planos estaduais e municipais.

Segundo a professora associada do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da UFRGS, Russel Teresinha Dutra da Rosa, ainda em 2014, projetos de lei com o

programa do Escola Sem Partido foram apresentados em várias instâncias, incluindo a Câmara dos Deputados. Em 2015, o movimento, já constituído em associação civil, processou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) pelo tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - "A persistência da violência contra a mulher" - e pela necessidade do candidato respeitar o princípio dos direitos humanos, para não ter a sua redação anulada. O ESP é contra a observância desse princípio. Considera que o candidato tem liberdade de expressão, "mas o professor, para o ESP, não tem este direito", observa Russel.

Atualmente, existem quatro projetos de lei ESP na Câmara Federal. O deputado Jean Wyllis

(PSOL), contrário à proposta, apresentou um substitutivo, reafirmando a liberdade de expressão e de ensinar dos professores. Os quatro projetos e o substitutivo estão sendo analisados em uma Comissão Especial da Câmara, criada em outubro de 2016, para acelerar o processo. Enquanto isso, outros dois projetos, de autoria do deputado federal Rogério Marinho (PSDB), tramitam ordinariamente. Um deles tipifica o "crime de assédio e doutrinação ideológica" e o outro pretende transferir a discussão da Base Nacional Comum Curricular do Conselho Nacional de Educação para o Congresso Nacional. Também existe um projeto tramitando no Senado Federal, protocolado pelo senador Magno Malta (PR).

## Carmem Maria Craidy

**"Considero mais uma forma de desqualificar os professores, a quem cabe formar os alunos. O papel do exército é cuidar a segurança nacional."**

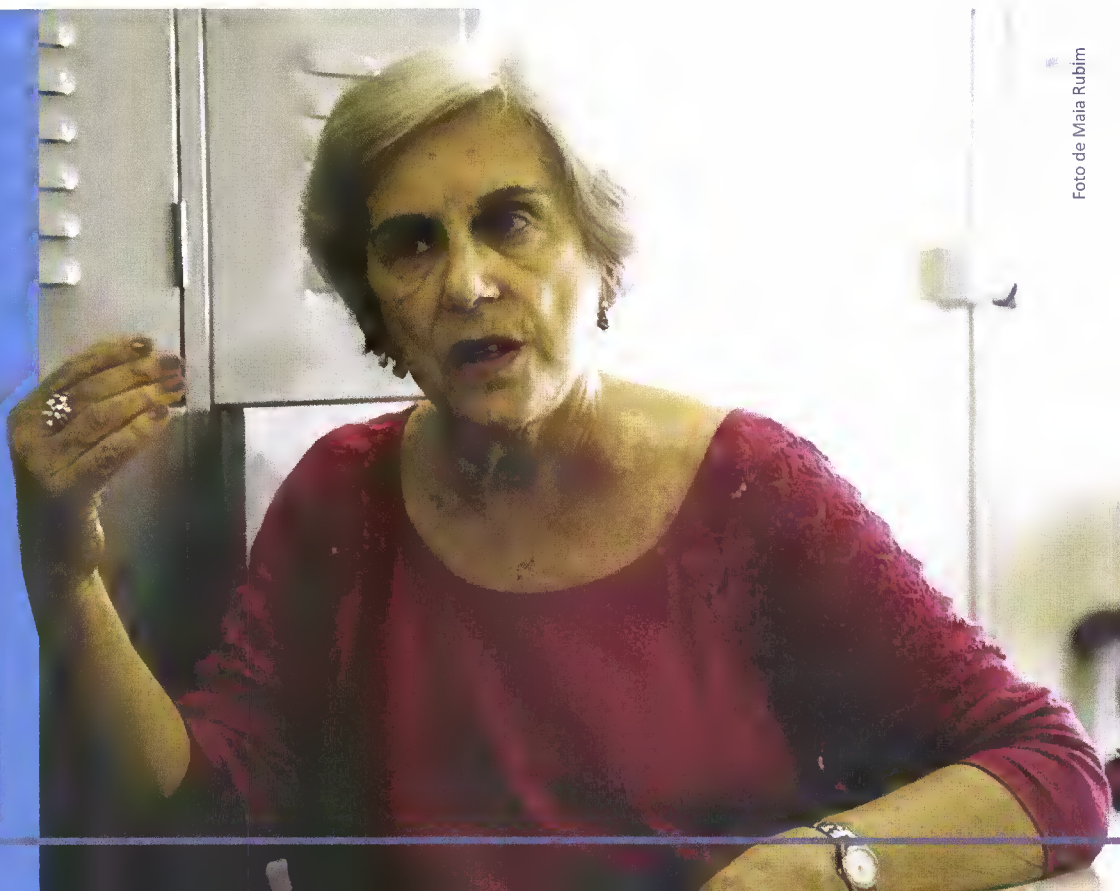


Foto de Maia Rubim

## PING-PONG

### "O problema das escolas públicas, certamente, não é a doutrinação ideológica"



**Russel Teresinha  
Dutra da Rosa**

**Adverso** - Segundo os articuladores do movimento, o programa do Escola Sem Partido foi inspirado no Direito do Consumidor, ou seja, entende que a educação pública é uma mercadoria e não um direito da sociedade. O que isso significa na prática?

**Russel** - No Brasil, assistimos a grupos empresariais influenciando as ações do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação em estados e municípios, e também os parlamentares. Os interesses de grupos empresariais aparecem nos textos de reformas curriculares, como a do Ensino Médio. Em Goiás, há uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa, que transfere recursos públicos para instituições privadas realizarem a gestão de escolas públicas, com autonomia para contratarem diretores, professores e funcionários, de acordo com os seus interesses. Isso rompe com a lógica da gestão democrática e das equipes diretivas serem eleitas pela comunidade escolar.

**Adverso** - Como fica a situação dos servidores concursados?

**Russel** - Em Goiás, a lei está suspensa por ações do Ministério Público, mas se for implantada, vai significar que professores concursados passarão a conviver com professores

contratados de forma precária, por causa da nova Lei da terceirização, que permite a terceirização das atividades-fim, como a docente. Nesse contexto, o cerceamento da liberdade de expressão de professores, como a preconizada pelo ESP, tem, também, o objetivo de inviabilizar a luta pela garantia de direitos.

Aqui em Porto Alegre, por exemplo, professores estão sendo perseguidos por estudarem o período da ditadura militar com seus alunos e, em Uruguiana, professoras estão sendo perseguidas por levarem às salas de aula reportagens sobre a Reforma da Previdência.

**Adverso** - Para o professor Emérito da UFRJ, pesquisador e coordenador do Observatório da Laicidade na Educação, Luiz Antônio Cunha, o ESP foi uma resposta de setores "reacionários" a conquistas dos movimentos sociais no campo legislativo, como a inclusão, nos currículos, de matérias como a história e a cultura afro-brasileira e indígena, e os direitos humanos. O que a senhora pensa sobre a acusação de que os professores podem influenciar ideológica ou partidariamente os alunos?

**Russel** - A influência ideológica ou partidária do professor na formação dos alunos é irrele-

vante. Na maioria das escolas, ainda se realiza um ensino tradicional e hierarquizado, com poucas experiências de participação democrática. O problema das escolas públicas, certamente, não é a doutrinação ideológica. Os verdadeiros problemas da educação pública brasileira, que requerem maiores investimentos são a baixa remuneração, que obriga os professores a trabalharem jornadas de até 60 horas semanais para sobreviver, além da falta de recursos materiais nas salas de aula e a inexistência de bibliotecas, de acesso à internet, de laboratórios, de quadras de esporte cobertas e de ambientes climatizados. Por outro lado, há pouco tempo para o estudo e o planejamento pedagógico, que devem ser realizados de forma individual e coletiva. A falta de programas de formação continuada e a inexistência de redes de assistência social para estudantes de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social também são agravantes.

**Adverso** - O que poderá acontecer se o projeto Escola Sem Partido entrar em vigor?

**Russel** - Alagoas é o único estado brasileiro que teve um



projeto do ESP aprovado, mas a vigência da lei suspensa por uma liminar do Supremo Tribunal Federal. Entretanto, as práticas de denúncia anônima de professores, de assédio e de perseguição com redução de carga-horária, demissão, ameaças de alunos, como as sofridas por professores que vinham trabalhando temas relacionados à diversidade de identidades de gênero e de orientação sexual, são uma realidade disseminada em todo o País. O discurso de ódio e desconfiança em relação aos saberes profissionais dos professores está disseminado pelo tecido social e já vem produzindo autocensura entre os docentes. Portanto, já se vive um contexto de restrição à liberdade de ensinar. Mesmo que essa

liberdade esteja garantida no artigo 206 da Constituição Federal.

Na visão do ESP, problemas que surgem no contexto escolar deixam de ser resolvidos pela comunidade escolar e passam a ser judicializados. Além disso, há uma desvalorização do conhecimento do professor.

**Adverso - Como a Senhora avalia a notificação recentemente emitida pelo Ministério Público Federal (MPF) para o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Marx, Trabalho Escravo e Educação, da Faculdade de Educação da UFMG, referente à instauração de um inquérito civil por suposta "pregação política"?**

**Russel** - Esse tipo de denúncia, feita por pessoas ignorantes e alarmistas, tem crescido, em parte, por causa de um movimento ultraconservador, que se dissemina, principalmente, nas redes sociais. O discurso do ESP tem se difundido e as pessoas começam a se orientar por esse discurso como se fosse legal. No caso do grupo de estudos da UFMG, a denúncia é um completo absurdo. Existem linhas de pesquisas baseada no pensamento de Marx, assim como existem linhas baseadas em Bourdieu, Foucault, Paulo Freire e tantos outros. Censurar estudos é o mesmo que queimar livros, uma ação obscurantista própria de regimes políticos autoritários.

## NENHUMA PESSOA É NEUTRA



**Flávio Luis Barbosa Nunes**, reitor do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) também falou sobre o projeto Escola Sem Partido:

"Nenhuma pessoa é neutra, ela sempre possui suas posições e crenças, cada um do seu jeito as coloca para os outros. O professor expressa, da mesma forma, as suas ideias aos estudantes, e isto não pode ser limitado, pois através destas práticas também incentivamos o pensar crítico."

### A TRAJETÓRIA DO APRENDIZADO

"A trajetória de aprendizado de todo estudante tem que ter uma perspectiva completa de vida e da sua inserção na sociedade e no mundo do trabalho. É necessário que os educadores

possam propor dinâmicas, que permitam uma reflexão crítica sobre tudo que cerca estas dimensões. Gerar um pensar crítico que permita ao estudante criar sua independência nas decisões é essencial na transformação da sociedade, que levem também a uma efetiva participação cidadã. Assim, toda proposta que queira barrar este caminho do pensar crítico deve ser combatido pelos educadores."

### PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

"Cada cidadão deve ter a sua posição partidária, a partir das suas afinidades com as propostas

partidárias de cada legenda. Então, possibilitar aos nossos estudantes um pensar crítico que os permita fazer suas próprias escolhas é essencial nesta formação. Também precisamos incentivar uma efetiva participação cidadã de todos os nossos estudantes, para assim termos cidadãos que não fiquem assistindo o que se passa a sua

volta e possam contribuir mais efetivamente nos rumos da sua comunidade, cidade, estado e nação.”

### NOME EQUIVOCADO

“O próprio nome do projeto Escola sem Partido já se apresenta equivocado. Parece ser de boa intenção. Em uma primeira avaliação, não se vê a profundi-

dade da proposta, que quer gerar limitações nas propostas pedagógicas que levem ao pensar crítico, que falei anteriormente. Antagonicamente, podemos pensar no projeto da Escola sem Mordança, em que os professores não tenham as limitações de realizar suas práticas pedagógicas. É necessário que nossas práticas gerem espaços para a dialética.”



A professora Russel defende que o limite para atuação de professores e estudantes na sala de aula deve ser dado pelos princípios do respeito mútuo, respeito à dignidade humana e à justiça, previstos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (link)

Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...] I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – garantia de padrão de qualidade;

X – valorização da experiência extra-escolar;

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

XII – consideração com a diversidade étnico-racial.



### Tecnologias livres:

# CONHECIMENTO COMPARTILHADO

Por Daiani Cerezer

Dedicado ao desenvolvimento de tecnologias livres, e seus usos científicos e educacionais, o Centro de Tecnologia Acadêmica (CTA) do Instituto de Física da UFRGS reúne pessoas que estão pensando em como o futuro pode ser “mais esclarecido”. Rafael Pezzi, professor do Instituto de Física e coordenador do Centro, tem a convicção de que o conhecimento gerado atualmente pode ser conduzido de maneira mais eficiente, para pessoas do nosso tempo e para

as próximas gerações, quando mediado por tecnologias livres.

Fundado em maio de 2012, o CTA tem o objetivo de resgatar o papel da Universidade como local de domínio e cultivo do saber humano, nos moldes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigo 52 da Lei 9394 de 1996.

Desde lá, é através do estudo, desenvolvimento e uso de tecnologias livres, de software e hardware livres, possíveis de serem utilizadas, estudadas,

modificadas e distribuídas, que o CTA cumpre seu papel, garantindo autonomia no aprendizado e no uso dessas ferramentas.

Tanto as atividades de ensino, quanto as de extensão, geram demandas tecnológicas ao CTA. É a união entre as atividades acadêmicas de cursos regulares e as necessidades de laboratórios de ensino, de pesquisa e de instituições parceiras da Universidade que geram os resultados.

TO  
IADO





## Tecnologias a serviço da Universidade

O CTA atua no desenvolvimento de instrumentos científicos educacionais, utilizando o conceito de hiperobjetos. O termo é usado para referenciar objetos que sejam “livres”, no sentido de que foram criados para serem usados, estudados, modificados e distribuídos. Pezzi explica que “o nome vem de uma analogia com hipertexto, que é o texto no qual existem ligações para materiais complementares a ele. No caso dos hiperobjetos, as ligações são para o código fonte do projeto e outros materiais, que podem auxiliar no uso, estudo e modificação do objeto. Pensamos estes hiperobjetos como sendo instrumentos científicos e educacionais, que foram desenhados em software livre e possam ser estudados, modificados e fabricados com relativa facilidade. Acreditamos que instrumentos com

estas propriedades são mais adequados em contextos científicos e educacionais”.

As demandas tecnológicas das atividades de ensino,



**Professor  
Rafael Pezzi**

pesquisa e extensão da UFRGS podem ser atendidas por meio de “tecnologias meio” e de “tecnologias fim”. As tecnologias meio são aquelas utilizadas para

o funcionamento da Universidade, como a gestão acadêmica e de projetos, publicação de resultados, canais de comunicação interna e externa, organização de grupos e de comunidades. As tecnologias fim são os métodos, processos e instrumentos científicos desenvolvidos e utilizados nos laboratórios de pesquisa e laboratórios didáticos de ensino. São tecnologias específicas para cada área do conhecimento.

O CTA ajuda nessas demandas por meio de experimentações com as novas formas de criação, curadoria e disseminação de conteúdo. “Também buscamos esclarecer o papel fundamental que as licenças permissivas têm para materiais disponibilizados on-line”, afirma Rafael.

Além disso, o Centro atua mais

Aluno do 4º semestre do curso de Engenharia Física, Renan Ritter Soares







Alunos do Colégio Aplicação instalando a Estação Meteorológica Modular

diretamente no desenvolvimento de equipamentos para atividades de pesquisa e ensino, envolvendo desde alunos do ensino fundamental até de pós-graduação. Como exemplos, há a instrumentação para aquisição de dados do Laboratório de Implantação Lônica da UFRGS e o Shield Amplificador de Instrumentação, para atividades de ensino de instrumentação científica.

#### **Por uma cultura de esclarecimento e colaboração**

O professor Rafael Pezzi acre-

ditada que para chegar a uma sociedade mais justa e saudável é preciso fortalecer uma cultura de esclarecimento e colaboração. Isto é, que decisões importantes sejam feitas de forma esclarecida e pensada, e que o CTA promova esta cultura através de projetos de tecnologias livres. “Um exemplo é o das estações meteorológicas, que busca o desenvolvimento cidadão de uma rede de monitoramento meteorológico e ambiental, promovendo ciência cidadã e alfabetização tecnológica. O projeto da bancada dos hiperobjetos visa construir uma

série de instrumentos de fabricação digital livres, como impressoras 3D e fresadoras CNC para reduzir o custo e ampliar as possibilidades dos FabLabs e Hackerspaces”, citou.

Segundo a ata de fundação do CTA, “o desenvolvimento de uma cultura de ampla colaboração e de continuidade do conhecimento, inspirado no potencial da tecnologia da informação como meio de difusão e compartilhamento, é necessário para uma formação diferenciada dos recursos humanos da universidade, como alunos de graduação, pós-graduação,

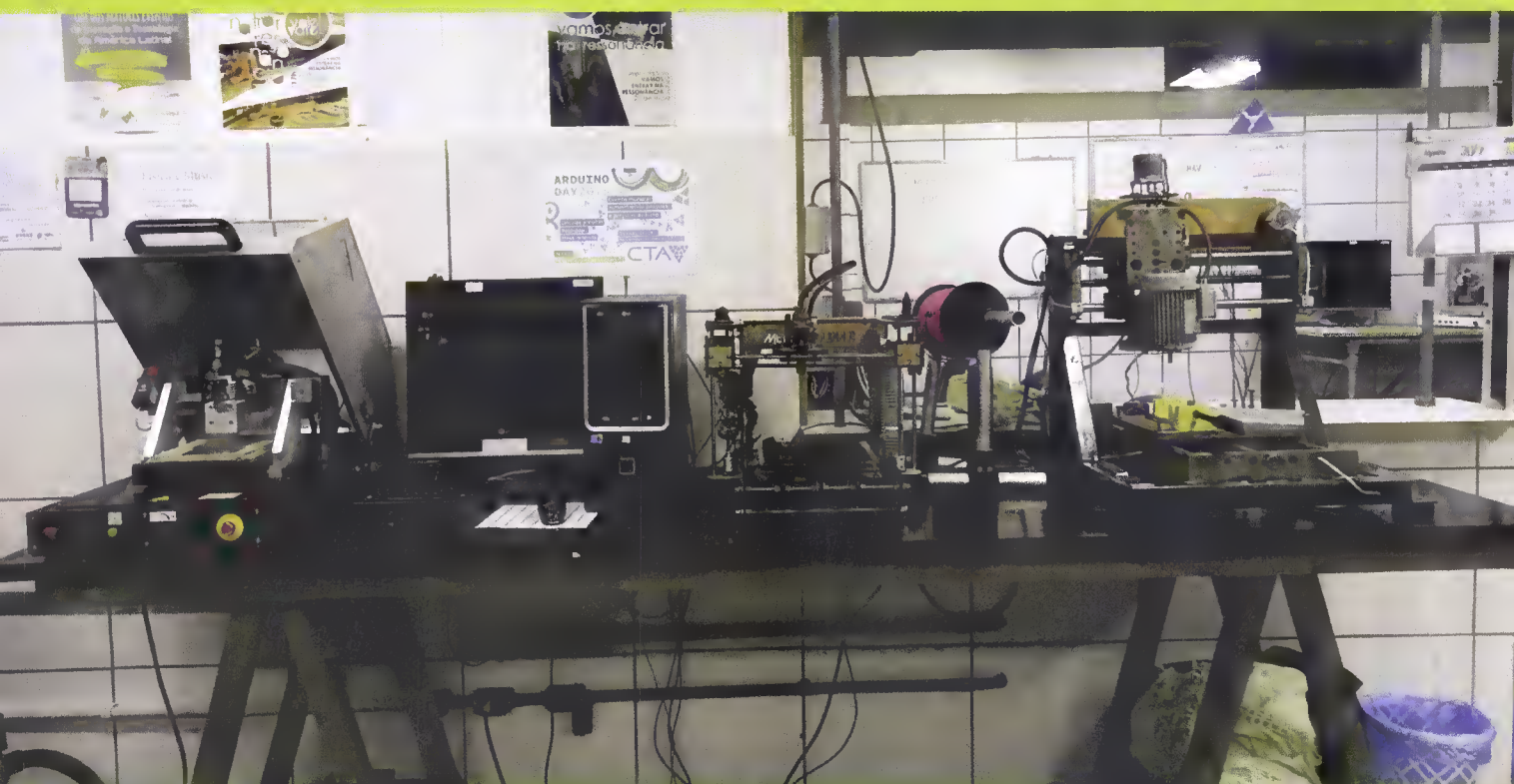


funcionários e pesquisadores”. Para o Centro, é de suma importância a formação de pessoas com essa cultura de compartilhamento de conhecimentos, visando a solução dos problemas da atualidade para suprir as necessidades atuais da humanidade, sem prejudicar as gerações futuras.

Um bom exemplo é o do aluno do 4º semestre do curso de Engenharia Física, Renan Ritter Soares. Ele conta que entrou para o CTA logo após ter sido aprovado no vestibular da UFRGS. “Quando cheguei, ouvi os veteranos falarem do CTA e me apaixonei assim que fui apresentado ao Centro, no Prédio L, sala 110. É como se eu estivesse

no meu quarto, só que mais organizado e com mais ferramentas. Depois de ter conhecido o mundo do software e hardware livre, comecei a viver de forma mais consciente de que as coisas que eu uso, se forem abertas e livres, trazem mais vantagens para mim e para a comunidade em que estou inserido.”

Bancada utilizada para desenvolver instrumentos científicos educacionais utilizando o conceito de hiperobjetos



## Como participar do CTA?

Para participar de projetos do CTA, é necessário entrar em contato com a equipe de desenvolvimento de um projeto, que fica na sala L110 do Instituto de Física da UFRGS, no Campus do Vale. Você também pode participar dos projetos pela internet,

cadastrando-se no site:  
<http://cta.if.ufrgs.br>

Para participar das conversas por email, cadastre seu endereço em:

[https://grupos.ufrgs.br/mailman/listinfo/fis\\_cta\\_adm-l](https://grupos.ufrgs.br/mailman/listinfo/fis_cta_adm-l)

para fazer parte da lista de discussão do CTA. O endereço para postar mensagens é:

[fis\\_cta\\_adm-l@grupos.ufrgs.br](mailto:fis_cta_adm-l@grupos.ufrgs.br)

Ao se cadastrar, basta enviar uma mensagem de apresentação indicando como deseja participar do CTA.



# MAIS DO QUE NUNCA, A UNIDADE FAZ A FORÇA

Participe das mobilizações em defesa  
dos direitos dos trabalhadores.





# QUANDO O BOM SENSO DEVE IMPERAR

Por Mariana Moraes Chuy (Escritório Bordas Advogados)





Com início das obras em agosto de 2014 e término em novembro de 2015, a nova sede da ADUFRGS-Sindical foi efetivamente ocupada em agosto de 2017.

A antiga sede – uma residência adaptada – não atendia mais às necessidades da categoria. A parte elétrica estava bastante comprometida e seria necessária uma reforma geral para efetivar algumas adaptações. Por não possuir elevadores havia impossibilidade - ou pelo menos prejuízo - de acesso a cadeirantes e associados em idade avançada. Até mesmo a questão de segurança estava prejudicada, o prédio sendo de uma época em que não havia a obrigatoriedade de previsão de saídas de emergência. É de referir-se, ainda, que os avanços tecnológicos que surgiram posteriormente exigiam uma melhor estrutura física específica, como por exemplo uma sala de servidor de informática com refrigeração própria.

Em média, circulam na sede do Sindicato entre 100 e 150 pessoas por semana, o que requer um maior espaço físico e uma melhor estrutura.

A nova estrutura foi pautada, desde o primeiro instante, na qualidade da edificação a ser construída. Para tanto, entendeu-se por bem a contratação de empresas distintas para a realização do projeto, execução e supervisão da obra, em um processo transparente e eficiente.

Para o encaminhamento do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio –

PPCI - solicitado em 21 de maio de 2015 - observaram-se os mesmos critérios, buscando-se no mercado uma empresa séria e com experiência na tramitação do processo junto ao Corpo de Bombeiros. Fato é, contudo, que o PPCI permanece há mais de dois anos no setor responsável sem qualquer retorno efetivo. Nosso caso não é o único a travar na burocracia estatal, pois inúmeras são as notícias veiculadas nos meios de comunicação relativas ao atraso das vistorias de PPCI na Capital.

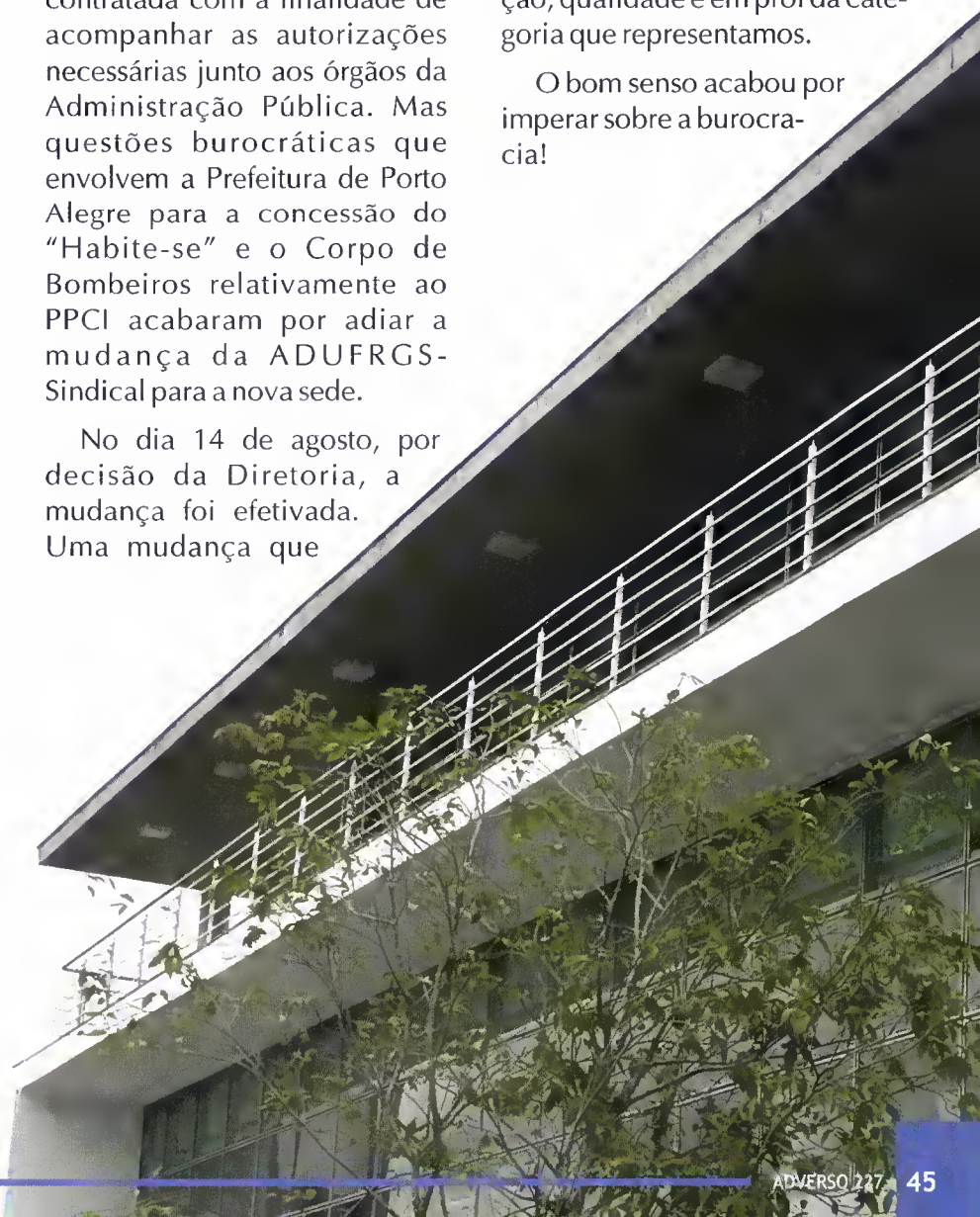
Neste período, verificou-se um intenso trabalho da equipe contratada com a finalidade de acompanhar as autorizações necessárias junto aos órgãos da Administração Pública. Mas questões burocráticas que envolvem a Prefeitura de Porto Alegre para a concessão do “Habite-se” e o Corpo de Bombeiros relativamente ao PPCI acabaram por adiar a mudança da ADUFRGS-Sindical para a nova sede.

No dia 14 de agosto, por decisão da Diretoria, a mudança foi efetivada. Uma mudança que

não se restringe ao endereço, mas à própria identidade do Sindicato, que passa a contar com uma estrutura moderna e efetivamente preparada para atender a categoria. Uma estrutura agregadora, receptiva, espaçosa, mas com a mesma qualidade e efetividade no atendimento que proporciona à categoria há quase quarenta anos.

Os associados passam a contar com acessibilidade, segurança, estacionamento, biblioteca, sala de eventos, auditório com estrutura de sonorização e iluminação, além de um trabalho realizado com dedicação, qualidade e em prol da categoria que representamos.

O bom senso acabou por imperar sobre a burocracia!





100 anos da Revolução Russa

# O COLAPSO DA URSS: NOVAS TESES



Paulo Fagundes Visentini  
Historiador, Prof. Titular de Relações  
Internacionais - FCE/UFRGS







Lenin falando para os trabalhadores da fábrica de Putilov em Petrograd em 1917.  
Pintura por Isaak Brodsky (1883-1939). Leemage/Corbis via Getty Images



A União Soviética surgiu e se desenvolveu sob condições históricas e internacionais adversas, bem como com divergências na elite dirigente, mas obteve importantes conquistas. As bases mais imediatas da trama de sua queda se encontram nos anos 1970 (quando estava no apogeu econômico-militar), com o impacto da crise demográfica, decorrente da II Guerra Mundial. Ela acabou com a oferta de mão de obra e o “crescimento extensivo”, justamente quando o Ocidente lançava a Revolução Tecnológica. O apoio a diversas Revoluções no Terceiro Mundo e os efeitos da aliança sino-americana drenaram ainda mais recursos para a defesa.

Mas o elemento decisivo foi a estagnação política do conservador Brejnev (mais consumo e estabilidade em troca de acomodação), com a corrupção, a eternização de velhos dirigentes, a erosão do PCUS e o crescimento da economia paralela (mercado negro). A venda de petróleo no mercado mundial revelou-se fatal nos anos 1980, a renovação socialista de Andropov foi breve e surgiu o grupo reformista de Gorbachov, que priorizava consumo em lugar de investimentos.

### A separação do Partido-Estado

Não conseguindo avançar com as reformas econômicas, Gorbachov buscou implementar reformas políticas, que fragmentavam o PCUS. Mais

importante, entretanto, foi a descentralização que acompanhou essas medidas. Gorbi esperava, assim, criar um novo quadro político para desbloquear as reformas econômicas, mas o resultado foi o aumento vertiginoso e caótico da mobilização.

Face à crescente desagregação político-institucional, ao enfraquecimento do poder central e à erosão ideológica, os líderes locais, tanto opositores como os leais ao sistema, procuraram construir bases de poder na esfera local. A Perestroika foi capaz de desarticular o sistema anterior, mas não de construir algo novo em seu lugar. O retraimento da ação estatal deixava um vazio que era preenchido não por participação democrática, mas pela criminalidade, pelo clima de desmoralização, de “salve-se quem puder” e pela apropriação de empresas públicas por setores da cúpula político-administrativa, por meio de privatizações.

Gorbi começou a separar o Partido do Estado, tornando-se Presidente da URSS, novo cargo criado em março de 1990, eleito pelo soviete supremo. Na mesma eleição, os democratas (anticomunistas pró-mercado) venceram em Moscou e em Leningrado, encontrando em Ieltsin seu decidido líder. Instalou-se um poder dual, que inexistia desde 1917. Ele voltou à política, depois de perseguido por Gorbachov, e foi eleito deputado. Abandonou o PCUS e foi eleito presidente da Rússia, cargo criado em abril de 1991,

num acordo com Gorbi, em troca do apoio ao Tratado da União, que este queria aprovar. Ieltsin tinha um mandato popular direto, de que Gorbachov carecia, e começou a luta decisiva: realizar a passagem ao capitalismo. Mas, para isso, ele teria de se livrar da União Soviética e agir apenas na Rússia, onde tinha poder para tanto, pois no plano federal havia o PCUS, as forças armadas, a KGB e os sindicatos, que resistiam a essas mudanças.

As forças econômicas privadas que emergiam com as reformas sob a fachada de “cooperativas” buscavam legitimidade e poder. O mercado negro e suas máfias cresciam rapidamente. Os gananciosos apoiadores de Ieltsin faziam pressão no sentido de uma mudança drástica para a passagem radical à economia de mercado. Se ele acabasse com a planificação, altos funcionários e diretores obteriam uma riqueza sem precedentes.

Gorbachov recorreu ao FMI mas nada obteve em troca da cessão do leste europeu. Seus aliados ocidentais o abandonavam e a pressão pela terapia de choque era crescente. Mas grande parte de seu grupo achava tal estratégia uma loucura. Enquanto isso, Ieltsin nomeava elementos pró-mercado, que entendiam que o controle sobre a Rússia permitiria um rápido processo de privatizações, o que as repúblicas mais ricas já haviam percebido.



Assim, a Perestroika de Gorbachov, depois de entregar ao Ocidente o seu patrimônio diplomático e de abrir sua economia, ingressou em uma crise terminal, com o caos social e econômico e os conflitos étnico-políticos se generalizando. Em março de 1991, um plebiscito ainda aprovou a manutenção de uma federação renovada por 76% dos votos (a União de Estados Soberanos), a qual concederia maior autonomia às repúblicas e repartiria o controle acionário do patrimônio econômico da União entre elas (proporcionalmente à população de cada uma), sem, entretanto, desmembrá-lo. Ora, tratava-se de um mecanismo que equilibraria as forças centrífugas, o que desagradou as repúblicas mais ricas, em geral menos povoadas. Mas o enfra-

quecimento do PCUS eliminou o único mecanismo que mantinha unida uma população heterogênea.

Em meados de 1991, enquanto Gorbi ia à reunião do G-7 pedir ajuda e voltava de mãos vazias, eltsin interditava a atuação do PCUS em todas as instituições públicas russas. Ele ainda tentava modificar o Tratado da União para poder controlar as receitas da Federação Russa, o que causaria o fim da URSS. Em 19 de agosto de 1991, assessores de Gorbachov, face ao descalabro da situação, formaram o Comitê Estatal para o Estado de Emergência (CEEE), furiosos com o que percebiam como a rendição de Gorbi a eltsin. Na praia em que se encontrava em férias, Gorbachov foi comunicado, mas, alienado da realidade, ele recusou, ainda

que a ideia não fosse derruba-lo.

Com insegurança, o CEEE fez uma Declaração ao Povo: “sur- giram forças extremistas que [fomentam] a liquidação da URSS”. Denunciava as reformas econômicas de “aventureiros que [provocaram] queda acentuada nos padrões de vida da população e o florescimento da especulação e da economia-sombra”, apelando pelo debate de um novo Tratado da União. Entretanto, os democratas falavam e agiam livremente, voltados para o Ocidente e para o público interno, se entrincheirando no parlamento, que não foi atacado pelo CEEE.

O estranho e mal articulado “golpe de Estado” (com soldados desarmados) procurou deter a desagregação do país, sem abandonar as reformas. Na





verdade, não era um golpe, e sim o uso de um dispositivo legal pelo próprio governo. Mas foi suplantado pelo golpe melhor articulado de Ieltsin. Ele assume o poder de fato e ignora o plebiscito que manteria uma federação renovada. Gorbachov retorna a um poder apenas formal, embora houvesse amplo apoio desorganizado contra Ieltsin. Ao contrário do que se apregoa, foi a Rússia (comandada por Ieltsin) que provocou a dissolução da URSS, pois ela era rica e ali havia os instrumentos necessários para aplicar a terapia de choque liberal.

Com a impotência e crise do governo central, as repúblicas federadas proclamaram suas independências e se apropriaram do patrimônio da União localizado em seu território. Algumas delas eram lideradas por nacionalistas separatistas liberal-conservadores, e outras por comunistas que apenas reagiam (não queriam a independência), desejosos de evitar a caça às bruxas desencadeada por Ieltsin. Do desmembramento da URSS surgiram quinze novos Estados.

Gorbachov revelou-se, então, uma figura patética, assistindo impotente à dissolução oficial da URSS em 25 de dezembro de 1991. É importante lembrar que as cinco repúblicas da Ásia Central, a Armênia e a Bielorrússia foram, até o fim, contrárias ao desmantelamento da URSS, e se tornaram “independentes” contra a vontade de seus povos e

dirigentes, pois dependiam financeiramente do governo central e não desejavam reformas. A Ucrânia, que desejava um status equivalente ao da Rússia na URSS, e jogara com o nacionalismo, foi ultrapassada pelos acontecimentos e não avançou nas reformas.

### Um balanço das causas

Por que o sistema soviético, que parecia tão forte, se mostrou tão frágil em sua queda. Para Fidel Castro, “a existência da URSS [parecia ser] tão segura como o nascer do sol, pois era um país sólido, poderoso e forte que sobrevivera a provações extremas”. De fato, em cinquenta anos o país passou de uma produção industrial que correspondia a apenas 12% para 80% da dos EUA. Se o capitalismo sobreviveu a Herbert Hoover, o presidente republicano que precipitou os EUA na Grande Depressão, por que a URSS não sobreviveu a Gorbachov? A dimensão subjetiva é mais importante para o socialismo do que para o capitalismo, pois ele já existia há longo tempo e crescia, enquanto o socialismo estava ainda em construção. Não havia um “mercado”, com sua “mão invisível”, que o conduzisse. No capitalismo a economia constitui a instância dominante, enquanto no socialismo a centralidade reside na política.

A derrubada do socialismo e a desintegração da URSS foi o resultado de ações concretas, como a desarticulação do

Partido por suas lideranças, a entrega dos meios de comunicação a personalidades e grupos antissocialistas, a privatização e abandono da propriedade pública e do planejamento, o separatismo e a subjugação às potências adversárias. Segundo Keeran & Kenny (2008), “não foram insuficiências amorfas e abstratas da democracia socialista que ‘causaram’ esta política. A direção de Gorbachov no PCUS iniciou tudo isso como opções políticas conscientes” (p. 238).

Há várias explicações sobre o colapso: a) vícios do socialismo, b) oposição popular, c) fatores externos, d) contrarrevolução burocrática, e) falta de democracia e centralização excessiva e f) o fator Gorbachov. Sobre o primeiro ponto, argumentou-se que esse regime político “contrariava a natureza humana e estava destinado ao fracasso”. Embora possa haver críticas à manutenção de mecanismos coercitivos da época da tomada do poder e deformações decorrentes da tensão da Guerra Fria, nada disso produziu a crise ou o colapso do regime por mais de 70 anos. Pelo contrário, foi a mudança que causou a catástrofe, referida por Putin como “a maior tragédia da história russa”. Quanto à existência de uma oposição popular, empiricamente se constata que o descontentamento surgiu no final, e não no início da era Gorbachov. Portanto, foi mais efeito que causa.

A propósito dos fatores



externos, ainda que tenham sido consideráveis, a URSS seguia forte como nas épocas de cerco e sanções que, aliás, foram mais a regra do que a exceção durante sua existência. Com relação à chamada contrarrevolução burocrática, pode-se argumentar que o elemento detonador do colapso foi a luta entre as facções de Gorbachov e de Ieltsin. A burocracia do Partido-Estado reagia aos acontecimentos e não os iniciava, porque as estruturas vigentes não o permitiam. O problema maior foi a emergência da segunda economia, que contagiou parte da sociedade e do aparato, não o Partido em si mesmo.

Recorrente é o argumento de que a falta de democracia e a excessiva centralização seriam o fator principal. Ocorre se tratar de uma tese idealista e a-histórica, porque explica a evolução histórica pela aproximação ou distanciamento de um ideal. Os teorizadores deste argumento desconhecem a história da democracia liberal e da socialista. O liberalismo só gradualmente afirmou a democracia como valor (em geral quando desafiado socialmente), enquanto o socialismo sempre defendeu o governo das classes mais baixas. Mas, então, por que a população teria assistido passiva à destruição do seu “Estado dos trabalhadores”? De fato, houve resistência, mas por que foi insuficiente? A aquiescência de uma sociedade a polí-

ticas que não servem os seus interesses constitui um fenômeno desconcertante, bem conhecido nos países capitalistas, onde assistimos a pessoas votarem em partidos cujos projetos vão contra seus interesses.

### Segundo Keeran & Kenny,

Os jornais, os soviets e o PC foram subvertidos por Gorbachov. Assim, ao passo que a maioria da população soviética ainda se opunha à privatização da propriedade, à eliminação do controle de preços e à ruptura da URSS, os modos tradicionais de expressão das opiniões estavam desaparecendo. [Além disso], que a passividade dos trabalhadores teria em parte acontecido porque ao mesmo tempo que Gorbachov e outros provocaram a erosão do nível de vida, prometiam aos trabalhadores um socialismo melhor [mas] os privavam das próprias instituições através das quais eles tinham antes exprimido os seus pontos de vista”.

Finalmente, há quem vê em Gorbachov apenas um traidor ou um elemento sem ideologia, que só perseguia o poder. Mesmo tentadora, essa tese é problemática, pois ele não agiu sozinho e havia um contexto e uma base de apoio. Ao se afastar das ideias de Andropov, ele se aproximou de outras antigas teses do Partido, defendidas por Bukharin e Krushov. E as ideias e ações ganharam expressão no quadro dos interesses do setor

dinâmico (mas parasitário) vinculado às atividades privadas ilegais. E tentar identificar uma agenda prévia e ações premeditadas não condiz com a realidade, pois os fatos apontam mais para um líder superficial, impulsivo e contraditório. Ainda que suas políticas fossem de capitulação aos interesses internos liberais e à pressão externa, isto no início não era evidente. O que guiou seus atos foi o oportunismo e não uma estratégia predeterminada. Não se tratou da traição de um homem, mas do triunfo de uma tendência dentro do próprio grupo dominante.



Editora Alta Books: Rio de Janeiro, 2017.

Paulo Fagundes Visentini

A obra apresenta novas teses sobre o stalinismo, as guerras e a queda da URSS, bem como informações pouco conhecidas, em uma síntese histórica da Revolução que marcou o século XX.



# AS REFORMAS EM CURSO NO BRASIL E A NECESSIDADE DE UMA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE



Clávio Soares Terceiro  
Professor do IFRS Campus Porto Alegre



Foto: Arquivo/Agência Brasil

O presente texto tem por objetivo propor debate sobre a necessidade de uma Assembleia Constituinte Exclusiva e Independente. Para tanto, apresentará alguns argumentos relacionados ao tema e exemplos capazes de ilustrar as mudanças já provocadas no texto constitucional e outras em curso, bem como aliar com temas atualmente em debate na sociedade brasileira. São inegáveis os avanços trazidos pelo texto de 1988 para a sociedade brasileira, a ponto de ser chamada de Constituição Cidadã. Contudo, ao longo destes 29 anos a Constituição Federal de 1988 (CF 88) tem passado por um processo que a torna uma colcha de retalhos jurídica que descaracteriza seus princípios fundamentais a cada dia.

#### **a) A Constituição Cidadã e a Colcha de Retalhos**

*“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.” (1)*

Com este Preâmbulo, a CF 88

foi proclamada, tendo Ulysses Guimarães (PMDB-SP) como Presidente da Assembleia Constituinte composta por 559 congressistas. A Carta de 1988 já registra o maior período de vida democrática no Brasil desde 1946, tendo sido resultado de um processo constituinte iniciado em 1987 (2). Composta por (3) 250 artigos distribuídos em nove títulos e outros 114 artigos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Título X) trata-se de um texto extenso. Mas isso não impediu que já tenham sido aprovadas 102 emendas, dados contabilizados até junho de 2017, sendo 96 emendas constitucionais (4) e seis emendas constitucionais de revisão (5). Neste período o dispositivo “Medida Provisória (MP)” previsto no artigo 62º e modificado pela Emenda 32/2001 da CF 88, já foi utilizado 785 vezes (6), sendo que Medida Provisória é um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência, produzindo efeitos imediatos até que seja apreciado (aprovada/reprovada) pelo Congresso Nacional para transformação definitiva em Lei. Ainda que a CF 88 vede o uso de MP para determinados assuntos, isso não impediu seu uso excessivo, quase sempre para garantir prioridade de votação no Congresso sob risco de trancar a pauta. Por outro lado, a CF 88 previa o estabelecimento de Leis específicas para regulamentar assuntos importantes e que não prosperaram, como por exemplo, o imposto sobre grandes

fortunas (art 153) (7).

Não obstante, o conjunto de leis aprovadas anteriores à CF 88 também é extenso, sendo que muitas destas Leis foram criadas sob outras realidades institucionais brasileiras, como por exemplo o período da Ditadura Civil-Militar e o Estado Novo. A recente discussão em torno do Impeachment da Sra. Presidente da República, Dilma Rousseff, ilustra esta situação. Cabe lembrar que a CF 88 não cita a palavra Impeachment, fala em crimes de responsabilidades (art 85 e art 86). Contudo, não revogou e nem reafirmou os crimes de responsabilidade citados na Lei Nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Este fato exigiu que o Supremo Tribunal Federal (STF) analisasse o caso para decidir sobre sua aplicabilidade em 2016 e definir se uma Lei de 1950 (anterior à CF) era ou não válida para regulamentar um dispositivo constitucional elaborado a posteriori.

#### **b) As Reformas em Curso**

O Governo Temer tem implementado, em pouco mais de um ano, um conjunto de medidas que alteram substancialmente tanto a CF 88 como Leis Complementares a ela. Neste processo, não se pode ficar alheio ao apoio dado pela maioria do Congresso e as articulações políticas que envolvem inclusive a liberação de verbas relacionadas às ementas parlamentares, conforme a imprensa tem noticiado.





Em 2014, quando o atual congresso foi eleito, muito se dizia via imprensa que estávamos diante de um congresso extremamente conservador. Cotidianamente, os termos bancada BBB (Bala, Boi e Bíblia) são citados para exemplificar isso.

Este mesmo congresso articulou sob o comando do Sr. Eduardo Cunha, hoje preso, mas na época presidente da Casa, o Impeachment da Sra. Presidente da República, Dilma Rousseff. Não entrando no debate se foi ou não foi Golpe e concedidas as devidas vênias, o processo foi muito mais político do que jurídico e aguarda análise do STF.

Dentre as principais Reformas propostas e já aprovadas pelo governo Temer destacam-se a Reforma do Ensino Médio que alterou a LDB, a PEC / EC 95 - dos Gastos Públicos, a Reforma Trabalhista, a Lei de Terceirizações, a prorrogação da

Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023 com ampliação do percentual de 20% para 30%. Segue ainda tramitando aquela poderá trazer os maiores impactos à vida de todos os trabalhadores, a Reforma da Previdência.

Neste rol, pode-se acrescentar o acordo sobre as dívidas dos estados com a união que está provocando mudanças profundas nas legislações estaduais, especialmente devido às medidas de contrapartida exigidas pelo governo federal. Este acordo altera o pacto federativo sem discussão com a sociedade pois envolve a distribuição de recursos entre união, estados e municípios sem uma nova e necessária estrutura tributária.

O discurso legalista e conservador aplaude sob a justificativa de que o Legislativo está cumprindo seu papel. Mas, nenhum político é eleito com

cheque em branco. Ou seja, é preciso observar que este Congresso atua como se tivesse a legitimidade de uma Assembleia Constituinte se debruçando sobre temas que extrapolam o mandato para o qual foram eleitos agindo como se tivessem recebido um “cheque em branco”, como se não fosse necessário consultar a população sobre temas fundamentais, especialmente aqueles que alteram a própria Constituição Federal. É fato que cabe ao Congresso aprovar Emendas Constitucionais, assim como legislar sobre as Leis. Contudo, o atual congresso tem avançado em demasia sua competência. Reconhecido o papel do Legislativo, é preciso reconhecer também que nenhum dos atuais congressistas se elegeu em 2014 para discutir e aprovar propostas que excedem em tanto o seu mandato, como é o caso da EC 95.





Alterações tão substanciais na Constituição deveriam passar consulta a toda a população conforme previsto no artigo 14º da própria CF 88 que define os três instrumentos de soberania popular “plebiscito, referendo e iniciativa popular”. Neste caso, excluída a última modalidade, visto que se trata de proposta do Executivo, caberia ao Congresso lançar mão do Art. 49, Inciso quinze da CF 88 que define que “é da competência exclusiva do Congresso Nacional ... autorizar referendo e convocar plebiscito”. Ou seja, ainda que o Congresso Nacional não tenha revogado este dispositivo constitucional, ao ignorá-lo e age como se não fosse necessário consultar a população, age elevando-se ao status de Assembleia Nacional Constituinte.

Cabe ainda citar a atuação do Executivo em Conselhos e Entidades compreendidas como Órgãos de Estado. Por exemplo,

com a publicação da Portaria nº 577/16 e do Decreto de 27 de abril onde o governo alterou unilateralmente a composição do Fórum Nacional de Educação (FNE) e excluiu as entidades que discordam politicamente de sua conduta política, transformando o FNE, de Órgão de Estado em um Órgão de Governo.

### c) O papel do Judiciário

Diante de todos estes embates na conjuntura política nacional, acentuou-se nos últimos anos a atuação do Poder Judiciário, em especial, o STF, como Poder Moderador. Este papel tem sido assumido em parte para regular e arbitrar as relações entre Executivo e Legislativo e entre os próprios Partidos Políticos. Semanalmente, vemos o Judiciário sendo provocado a decidir sobre questões que deveriam ser analisa-

das, discutidas e definidas em outras Casas, considerando ampla representatividade política, anseios da população e os princípios republicanos.

Contudo, este “papel” é um tanto perigoso na estrutura republicana brasileira. Isso porque os Ministros do STF, bem como os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados, são indicados pelos chefes do poder executivo tanto na esfera Federal como Estadual, o que compromete a separação dos Poderes na República. Aliás, cabe lembrar que em algumas Democracias estes cargos são eleitos e não indicados, entre profissionais de carreira (magistrados e procuradores), advogados ou pessoas da sociedade civil que cumpram certos requisitos mínimos e critérios específicos de elegibilidade.

Episódio recente trouxe à tona a indicação de Alexandre de Moraes para Ministro do STF



e que, na época, ocupava o cargo de Ministro da Justiça, bem como a indicação de Raquel Dodge, para substituir Rodrigo Janot na chefia da Procuradoria-Geral da República (PGR), cujo mandato acaba em setembro. Raquel Dodge será a primeira mulher a ocupar o cargo no Brasil. Contudo, ficou em segundo lugar na lista tríplice após eleição realizada pela Associação Nacional de Procuradores da República.

Não obstante, há que se considerar a discussão entre Legisladores e Judiciário sobre a chamada Lei das 10 medidas contra a corrupção, a imposição de limites e de controle externo sobre o judiciário e as propostas de “Democratização do Judiciário”.

#### d) Reforma Política

Reforma Política é o nome dado a um conjunto de Projetos de Leis (PL) e de Emendas Constitucionais (PEC) em debate e tramitação desde a década de 90 no Brasil. A cada processo eleitoral, estes projetos retornam ao debate com maior força. Voto em lista fechada, sistema eleitoral, reeleições, duração do mandato, datas das eleições, financiamento de campanha, dentre outros, estão entre os temas em discussão.

Atualmente, existe mais de 30 partidos políticos registrados no TSE e outros tantos com pedido de registro em análise. É fato que esta é uma quantidade excessiva e que o princípio constitucional

de livre associação partidária está sendo mal compreendido. Soma-se a isso o fato de que muitos dos atuais partidos políticos resultam de trocas de nomes, assim como muitos políticos trocam constantemente de partido. Esta situação tem gerando grande confusão na população, especialmente durante os períodos eleitorais. Outra grande confusão decorre das relações entre os nomes dos partidos políticos, suas siglas e as definições institucionais e ideológicas expressas em suas cartilhas, bem como atuação no âmbito do Executivo e do Legislativo nas esferas federal, estaduais e municipais. Isso sem falar nas diferenças em termos de linha de atuação de um mesmo partido nos diferentes estados brasileiros.

A cláusula de barreira e as possibilidades de coligações para eleições proporcionais e majoritárias também são um terreno pantanoso. Há interesses que podem barrar a participação de partidos em algumas eleições, há partidos que possuem representatividade apenas em alguns estados mas não em todos os estados brasileiros.

A discussão sobre o financiamento partidário e a forma de distribuição dos recursos entre os partidos e internamente em cada partido também é nebulosa. Este tema se torna ainda mais complexo diante das recentes investigações e denúncias de corrupção e de lavagem de dinheiro que envolve quase todos os partidos políticos brasileiros, principalmente os

grandes partidos.

Isso tudo tem levado a população a um descrédito generalizado em relação à classe política como um todo. Diante do que a população se pergunta qual partido político atualmente tem condições éticas e morais de defender alguma das possíveis propostas vinculadas à Reforma Política?

#### e) Diretas Já? Indiretas?

A Greve Geral de 28 de abril, uma das maiores da história e a maior da história recente, deu novo ânimo ao movimento das “Diretas Já” e a divulgação dos áudios envolvendo o Presidente da República e o empresário Joeslei Batista deixou os defensores deste movimento ainda mais exaltados. Atualmente, tramita no Congresso a denúncia contra o Presidente da República por corrupção passiva, enquanto aguarda-se que outras sejam oferecidas pela PGR. Hoje, ninguém mais garante que Temer permanece ou não no cargo.

Contudo, para que o movimento prospere seria necessária a aprovação de uma PEC, ou seja, nova alteração constitucional que precisaria ser aprovada pelo Congresso. Com tantos Congressistas implicados em denúncias e investigações de corrupção, inclusive de envolvimento com o próprio presidente, como defender e esperar que os atuais Deputados e Senadores promovam esta mudança? Neste sentido, a própria defesa das “Diretas Já” acaba sendo

acusada por quem é contrário ao movimento de ser uma proposta contraditória. Por outro lado, caso se confirme o afastamento do atual presidente, como defender e/ou aceitar que este mesmo Congresso eleja de maneira indireta o próximo presidente? Cabe aqui ressaltar as movimentações dentro da própria CCJ com trocas de deputados para votar de acordo com articulações governistas e barrar a investigação após parecer do Relator favorável ao prosseguimento da denúncia.

#### f) Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva

Considerando todos estes fatores e tantos outros que poderiam ter sido elencados e em virtude do agravamento da situação política, compreendo que a possibilidade para a saída do Brasil da crise política e institucional passa pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, exclusiva e apartidária. Acredito que este movimento poderia potencializar forças atualmente dispersas na sociedade tirando o foco da disputa política eleitoral. Há um potencial deste movimento agregar outros, tais quais os movimentos contrários à corrupção e que lutam por melhorias na Educação, na

Saúde, da repactuação tributária.

Recentemente, o ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Reginaldo de Castro em entrevista para Gerson Camarotti da GloboNews (8) propôs a convocação imediata de uma ANC. "Para Castro, esta seria a forma de corrigir os graves problemas estruturais que levaram o país a uma profunda crise institucional". Afirmou ainda que "este é o momento de fundar a República ou afundarmos com ela" e propôs que a ANC se constitua "por cidadãos brasileiros, sem mandato político, eleitos pelo povo, que ficariam inelegíveis





por quatro anos após a promulgação da Constituição", o que impediria os atuais parlamentares de se candidatar.

Adilson Abreu Dallari citando Roberto Campos (9) lembrou que a Constituição se tornou uma "mistura de dicionário de utopias e regulamentação minuciosa do efêmero." E complementou dizendo que a CF 88 já cumpriu seu papel de garantir a estabilidade institucional pós-Ditadura, sobrevivendo, inclusive, à cassação de dois mandatos presidenciais, sem qualquer quebra da ordem jurídica. Contudo, lembrou que a CF 88 nasceu da emenda constitucional (EC 26/85) transformando os congressistas da época em constituintes e com composição determinada pelo chamado Pacote de Abril do presidente Geisel. Por fim, citou que surgem manifestações propondo uma nova constituição e que envolvem pessoas e entidades, do setor público e privado, imprensa e a intelectu-

alidade diante do que destacou o "Manifesto à Nação" publicado no jornal O Estado de S. Paulo (9/4/2017, p. A2).

Contudo, é importante lembrar que ainda em 2013, logo após as manifestações de Junho, a CUT lançou um "Manifesto de apoio ao plebiscito popular por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político" (10). Este Manifesto cita que "A Constituição de 1988, apesar de avançada nas ditas questões sociais, pouco avançou em relação ao sistema de poder". Afirmou que "se faz necessário um processo político profundo e radical que se dê no seio da sociedade, no qual entendemos que somente uma constituinte seria capaz de produzir". O Manifesto também lembrou que esta ANC precisa ser diferente daquele de 1988, "uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político[...], um processo que tenha mecanismos de democracia direta para o povo decidir as

grandes questões".

Cabe lembrar também o artigo publicado por Benedito Tadeu César, cientista político, professor da UFRGS e associado da ADUFRGS-Sindical em julho de 2013 onde apresentou proposta para (re)legitimar as instituições políticas brasileiras. Afirmou a necessidade de se "abrir espaço para a participação popular" defendendo um processo que respeite "a horizontalidade e a ausência de hierarquia, características das mobilizações em rede". Afirmou ainda que "é preciso aceitar a diminuição do peso das instituições formais de representação política e social, abrindo-se espaço para a multiplicidade de interesses, de focos e de propostas". Lembrou a necessidade de "agregar a internet, as redes sociais e as mensagens pelo celular como instrumentos de participação no processo de construção da reforma política".

(1) Extraído de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o\\_brasileira\\_de\\_1988#cite\\_note-1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_brasileira_de_1988#cite_note-1). Acesso em 07 de julho de 2017.

(2) Extraído de [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada). Acesso em 07 de julho de 2017.

(3) Extraído de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o\\_brasileira\\_de\\_1988#cite\\_note-1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_brasileira_de_1988#cite_note-1). Acesso em 07 de julho de 2017.

(4) Extraído de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/quadro\\_emc.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm). Acesso em 07 de julho de 2017.

(5) Extraído de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/ECR/quadro\\_ecr.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/ECR/quadro_ecr.htm). Acesso em 07 de julho de 2017.

(6) Extraído de [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada). Acesso em 07 de julho de 2017.

(7) Extraído de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o\\_brasileira\\_de\\_1988#cite\\_note-1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_brasileira_de_1988#cite_note-1). Acesso em 07 de julho de 2017.

(8) Extraído de <http://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/ex-presidente-da-oab-propoe-constituente-exclusiva.html>. Acesso em 07 de julho de 2017.

(9) Extraído de <http://www.conjur.com.br/2017-abr-27/interesse-publico-assembleia-nacional-constituente-independente-exclusiva>. Acesso em 07 de julho de 2017.

(10) Extraído de <http://cutrs.org.br/wp-content/uploads/2014/09/MANIFESTO-DE-APOIO-AO-PLEBISCITO-POPULAR-POR-UMA-CONSTITUINTE-EXCLUSIVA-E-SOBERANA-DO-SISTEMA-POLITICO.pdf>. Acesso em 07 de julho de 2017.

(11) Extraído de <http://www.sul21.com.br/jornal/uma-proposta-para-relegitimar-as-instituicoes-politicas-brasileiras-por-benedito-tadeu-cesar/>. Acesso em 07 de julho de 2017.

# JÁ ESTAMOS ATENDENDO NA NOVA SEDE

Rua Barão do Amazonas, 1581 - Porto Alegre



**ADufrgs**  
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação





**ADufrgs**  
**sindical**  
Filiado ao PROIFES-Federação